



COMAB – COMISSÃO MISTA ARGENTINO - BRASILEIRA - PARA A
PONTE SÃO BORJA – SANTO TOMÉ
COMAB – COMISION MIXTA ARGENTINO – BRASILEÑA PARA EL
PUENTE SANTO TOMÉ – SÃO BORJA

RESOLUÇÃO COMAB Nº 003, DE 01 DE JULHO DE 2026 A Comissão Mista Argentino-Brasileira para a Ponte São Borja – Santo Tomé, e Centro Unificado de Fronteira (CUF), fazendo uso das faculdades que lhe foram conferidas pelo Acordo Internacional de 22 de Agosto de 1989 e Acordos Complementares, pelo seu Regulamento e pelo Estatuto da DELCON, RESOLVE: 1- Aprova norma relativa à fiscalização e as penalidades do contrato de concessão relativo ao Edital nº 01/2025 sob competência da COMAB.	RESOLUCIÓN COMAB Nº 003, DE 01 DE JUHO DE 2026 La Comisión Mixta Argentino-Brasileña para el Puente Santo Tomé – São Borja y el Centro Unificado de Frontera (CUF), en uso de las facultades que le fueron conferidas por el Acuerdo Internacional del 22 de agosto de 1989 y sus Acuerdos Complementarios, por su Reglamento y por el Estatuto de la DELCON, RESUELVE: 1- Aprueba norma relativa a la fiscalización y las penalidades del contrato de concesión relativo al Pliego nº 01/2025 bajo competencia de la COMAB.
CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES Art. 1º. Aplicam-se a esta resolução as seguintes definições: I – ação de fiscalização: acompanhamento efetivo do contrato de concessão, seja por meio da coleta, tratamento e análise de dados e informações, questionamentos efetuados, ou por meio de verificações em campo; II - ação educativa: medida preventiva aplicada para promover a conscientização e correção de descumprimentos contratuais pela concessionária, com o objetivo de orientar, instruir e prevenir a recorrência de infrações, melhorando o cumprimento das normas contratuais e regulatórias;	CAPÍTULO I DISPOSICIONES PRELIMINARES Art. 1º. Se aplican a esta resolución las siguientes definiciones: I – acción de fiscalización: seguimiento efectivo del contrato de concesión, ya sea mediante la recolección, tratamiento y análisis de datos e informaciones, cuestionamientos efectuados, o mediante verificaciones en campo; II - acción educativa: medida preventiva aplicada para promover la concientización y corrección de incumplimientos contractuales por la concesionaria, con el objetivo de orientar, instruir y prevenir la recurrencia de infracciones, mejorando el cumplimiento de las normas contractuales y regulatorias;

III - alerta de potencial inconformidade: medida preventiva, aplicável quando existirem antecedentes objetivos e verificáveis que permitam inferir razoavelmente a existência de risco de descumprimento de uma obrigação contratual ou regulatória, quanto ao seu prazo, escopo, parâmetro técnico ou de desempenho; IV - ano-fiscalização: ano de concessão completo, baseado no plano anual de fiscalização, durante o qual será aplicado o mesmo tratamento fiscalizatório; V - aviso de não conformidade: medida preventiva, aplicável em situações nas quais o descumprimento contratual já tenha ocorrido e produzido efeitos irreversíveis; VI - ciclo de fiscalização: periodicidade de realização das ações de fiscalização, estabelecida no plano anual de fiscalização; VII - Descumprimento contratual: inobservância total ou parcial de uma obrigação contratual, incluindo prazos, parâmetros técnicos, indicadores de desempenho, obrigações econômicas, financeiras, operacionais ou de informação; VIII - Descumprimento material: descumprimento contratual que gere ou possa gerar impactos relevantes sobre a segurança viária, a continuidade do serviço, os usuários ou os objetivos da concessão. IX - Evidência suficiente: conjunto de antecedentes objetivos e verificáveis que permitam concluir razoavelmente a existência ou o risco de uma não conformidade contratual ou regulatória. X - Infração: ação ou omissão imputável à concessionária que implique o descumprimento de uma obrigação prevista no contrato de concessão, na regulação aplicável ou	III - alerta de potencial inconformidad: medida preventiva, aplicable cuando existan antecedentes objetivos y verificables que permitan inferir razonablemente la existencia de riesgo de incumplimiento de una obligación contractual o regulatoria, respecto de su plazo, alcance, parámetro técnico o indicador de desempeño; IV - año-fiscalización: año de concesión completo, basado en el plan anual de fiscalización, durante el cual se aplicará el mismo tratamiento de fiscalización; V - aviso de no conformidad: medida preventiva, aplicable en situaciones en las que el incumplimiento contractual ya haya ocurrido y producido efectos irreversibles; VI - ciclo de fiscalización: periodicidad de realización de las acciones de fiscalización, establecida en el plan anual de fiscalización; VII - Incumplimiento contractual: inobservancia total o parcial de una obligación contractual, incluyendo plazos, parámetros técnicos, indicadores de desempeño, obligaciones económicas, financieras, operativas o de información; VIII - Incumplimiento material: incumplimiento contractual que genere o pueda generar impactos relevantes sobre la seguridad vial, la continuidad del servicio, los usuarios o los objetivos de la concesión; IX - Evidencia suficiente: conjunto de antecedentes objetivos y verificables que permitan concluir razonablemente la existencia o el riesgo de una inconformidad contractual o regulatoria. X - Infracción: acción u omisión imputable a la concesionaria que implique el incumplimiento de una obligación prevista en el contrato de concesión, en la regulación aplicable o en actos emitidos por la COMAB o la DELCON.
---	--

em atos emitidos pela COMAB ou pela DELCON.

XI - plano anual de fiscalização econômico-financeira e de infraestrutura e serviço: documento que deve ser aprovado anualmente pela COMAB, disciplinando a condução da atividade de fiscalização exercida pela DELCON por intermédio dos seus agentes de fiscalização;

XII - Reincidência: cometimento de uma mesma infração ou de uma infração de natureza equivalente dentro dos vinte e quatro meses seguintes à definitividade administrativa da penalidade anterior;

XIII - Risco regulatório: probabilidade de ocorrência de eventos ou condutas que possam comprometer o cumprimento de obrigações contratuais ou regulatórias; e

XIV - termo de registro de ocorrência: medida preventiva aplicável quando forem identificadas inconformidades relativas a parâmetros de desempenho de conservação e de instrumentos econômico-financeiros do contrato de concessão.

Art. 2º. As atividades de fiscalização, a adoção de medidas preventivas, a instauração de procedimentos administrativos e a aplicação de penalidades serão regidas pelos princípios da legalidade, proporcionalidade, razoabilidade, motivação, transparência, segurança jurídica e gestão baseada em riscos.

§ 1º Toda atuação de fiscalização deverá se fundamentar em antecedentes verificáveis e evidência técnica suficiente, conforme as disposições do contrato de concessão, da regulação aplicável e dos instrumentos de fiscalização aprovados pela COMAB.

§ 2º As medidas regulatórias deverão guardar coerência com a natureza, gravidade, criticidade e impacto das não conformidades identificadas, considerando também o histórico de

XI - plan anual de fiscalización económico-financiera y de infraestructura y servicio: documento que debe ser aprobado anualmente por la COMAB, regulando la conducción de la actividad de fiscalización ejercida por la DELCON a través de sus agentes de fiscalización;

XII - Reincidencia: comisión de una misma infracción o de una infracción de naturaleza equivalente dentro de los veinticuatro meses siguientes a la firmeza administrativa de la penalidad anterior;

XIII - Riesgo regulatorio: probabilidad de ocurrencia de eventos o conductas que puedan comprometer el cumplimiento de obligaciones contractuales o regulatorias; y

XIV - acta de registro de ocurrencia: medida preventiva aplicable cuando se identifiquen inconformidades relativas a parámetros de desempeño de conservación y de instrumentos económico-financieros del contrato de concesión.

Art. 2º. Las actividades de fiscalización, la adopción de medidas preventivas, la instrucción de procedimientos administrativos y la aplicación de penalidades se regirán por los principios de legalidad, proporcionalidad, razonabilidad, motivación, transparencia, seguridad jurídica y gestión basada en riesgos.

§ 1º Toda actuación de fiscalización deberá sustentarse en antecedentes verificables y evidencia técnica suficiente, conforme a las disposiciones del contrato de concesión, de la regulación aplicable y de los instrumentos de fiscalización aprobados por la COMAB.

§ 2º Las medidas regulatorias deberán guardar coherencia con la naturaleza, gravedad, criticidad e impacto de las inconformidades identificadas, considerando asimismo el historial de cumplimiento de la con-

cumprimento da concessionária e os riscos associados à prestação do serviço	cesionaria y los riesgos asociados a la prestación del servicio.
CAPÍTULO II INFORMAÇÕES SOBRE A CONCESSÃO Seção I - Informações relativas à fiscalização, à apuração de infrações e à aplicação de penalidades Art. 3º. As informações utilizadas para fins de fiscalização deverão atender a critérios mínimos de autenticidade, integridade, rastreabilidade, disponibilidade e conservação. § 1º Os registros fotográficos, audiovisuais ou georreferenciados deverão permitir, sempre que tecnicamente possível, a identificação da data, hora e localização da sua obtenção. § 2º A DELCON estabelecerá mecanismos de preservação e custódia digital da informação utilizada em atividades de fiscalização. Art. 4º. As informações relativas à fiscalização, à apuração de infrações e à aplicação de penalidades, no âmbito do contrato de concessão, deverão ser processadas em sistema informatizado indicado pela DELCON, conforme disposto em ato específico, preferencialmente acompanhadas de: I – georreferenciamento ou indicação da localização do elemento de infraestrutura objeto da ação de fiscalização; e II – registro de imagem, quando a averiguação de eventual infração for passível de constatação por inspeção visual. Art. 5º. Deverão ser processadas em sistema informatizado indicado pela	CAPÍTULO II INFORMACIONES SOBRE LA CONCESIÓN Sección I - Informaciones relativas a la fiscalización, a la investigación de infracciones y a la aplicación de penalidades Art. 3º. Las informaciones utilizadas para fines de fiscalización deberán cumplir criterios mínimos de autenticidad, integridad, trazabilidad, disponibilidad y conservación. § 1º Los registros fotográficos, audiovisuales o georreferenciados deberán permitir, siempre que técnicamente sea posible, la identificación de la fecha, hora y localización de su obtención. § 2º La DELCON establecerá mecanismos de preservación y custodia digital de la información utilizada en actividades de fiscalización. Art. 4º. Las informaciones relativas a la fiscalización, a la determinación de infracciones y a la aplicación de penalidades, en el ámbito del contrato de concesión, deberán ser procesadas en sistema informatizado indicado por la DELCON, conforme a lo dispuesto en acto específico, preferentemente acompañadas de: I – georreferenciación o indicación de la ubicación del elemento de infraestructura objeto de la acción de fiscalización; y II – registro de imagen, cuando la averiguación de eventual infracción sea pasible de constatación por inspección visual. Art. 5º. Deberán ser procesadas en sistema informatizado indicado por la DELCON, conforme a lo dispuesto en acto específico, las informaciones relativas: 

DELCON, conforme disposto em ato específico, as informações relativas:

- I – aos planejamentos anuais da concessionária;
- II – ao acompanhamento da execução de obras obrigatórias;
- III – ao acompanhamento do cumprimento do escopo, dos parâmetros técnicos e de desempenho das obrigações previstas no contrato de concessão;
- IV - aos atos praticados no âmbito dos processos administrativos sancionadores;
- V - ao parcelamento de débitos;
- VI - à segurança viária; e
- VII - à utilização das verbas contratuais.

§ 1º Sujeitam-se ao dever de submissão de informações de que trata esta seção:

- I - a concessionária;
- II - o verificador independente contratado;
- III - a empresa de monitoração contratada pela concessionária;
- IV - a auditoria independente, no caso dos aspectos econômicos e financeiros, se houver;
- V - os agentes de fiscalização da DELCON, sem prejuízo das informações que devem ser apresentadas pelos entes tratados nos incisos II a IV; e
- VI - Qualquer terceiro que, em virtude do contrato de concessão, de uma disposição legal, regulamentar ou regulatória, esteja obrigado a fornecer informações vinculadas à execução da concessão.

§ 2º O verificador ou a empresa de monitoramento realizará inspeção sobre as obras obrigatórias e parâmetros de desempenho e produzirá informações para apoiar a fiscalização pela DELCON.

§ 3º A DELCON/COMAB e a concessionária terão acesso aos

I – a las planificaciones anuales de la concesionaria;

II – al seguimiento de la ejecución de obras obligatorias;

III – al seguimiento del cumplimiento del alcance, de los parámetros técnicos y de desempeño de las obligaciones previstas en el contrato de concesión;

IV - a los actos practicados en el ámbito de los procesos administrativos sancionadores;

V - al fraccionamiento de deudas;

VI - a la seguridad vial; y

VII - a la utilización de los fondos contractuales.

§ 1º Están sujetos al deber de presentación de informaciones a que se refiere esta sección:

I - la concesionaria;

II - el verificador independiente contratado;

III - la empresa de monitoreo contratada por la concesionaria;

IV - la auditoría independiente, en el caso de los aspectos económicos y financieros, si lo hay;

V - los agentes de fiscalización de la DELCON, sin perjuicio de las informaciones que deben ser presentadas por las entidades mencionadas en los incisos II a IV; y

VI - cualquier tercero que, en virtud del contrato de concesión, de una disposición legal, reglamentaria o regulatoria, se encuentre obligado a suministrar información vinculada a la ejecución de la concesión.

§ 2º El verificador o la empresa de monitoreo realizará inspección sobre las obras obligatorias y parámetros de desempeño y producirá informaciones para apoyar la fiscalización por la DELCON.

§ 3º La DELCON/COMAB y la concesionaria tendrán acceso a los datos e informaciones presentados por el verificador independiente por medio de sistema informatizado indicado por la DELCON.

dados e informações apresentados pelo verificador independente por meio de sistema informatizado indicado pela DELCON.

§ 4º A DELCON poderá solicitar à concessionária ou ao verificador independente, dados e informações complementares.

§ 5º A contratação de verificador ou a empresa de monitoramento não substitui, altera ou afeta quaisquer poderes de fiscalização da DELCON, que possui competência de atuar sempre que julgar necessário à luz das disposições legais, regulatórias ou contratuais.

Seção II **Informações e dados econômico-financeiros**

Art. 6º. A DELCON indicará sistema informatizado para o envio das informações econômico-financeiras da concessionária.

Art. 7º. A concessionária deverá enviar à DELCON:

I - trimestralmente: os balancetes mensais analíticos, com abertura até o 3º grau, conforme Manuais de Contabilidade vigentes; e

II - anualmente, os demonstrativos contábeis completos, contendo:

a) Balanço Patrimonial (BP);

b) Demonstração do Resultado do Exercício (DRE);

c) Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC); e

d) Demonstração de Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) e Demonstração do Valor Adicionado (DVA), acompanhados das respectivas notas explicativas e os Relatórios da Diretoria e dos Conselhos Fiscal e de Administração, os Pareceres dos Auditores Independentes, bem como o Balancete de encerramento do exercício com os ajustes realizados e

§ 4º La DELCON podrá solicitar a la concesionaria o al verificador independiente, datos e informaciones complementarias.

§ 5º La contratación de verificador o de la empresa de monitoreo no sustituye, altera ni afecta cualesquiera poderes de fiscalización de la DELCON, que posee competencia para actuar siempre que lo juzgue necesario a la luz de las disposiciones legales, regulatorias o contractuales.

Sección II **Informaciones y datos económico-financieros**

Art. 6º. La DELCON indicará sistema informatizado para el envío de las informaciones económico-financieras de la concesionaria.

Art. 7º. La concesionaria deberá enviar a la DELCON:

I - trimestralmente: los balances mensuales analíticos, con desglose hasta el 3º nivel, conforme a los Manuales de Contabilidad vigentes; y
II - anualmente, los estados contables completos, que contengan:

a) Balance Patrimonial (BP);

b) Estado de Resultados del Ejercicio (ERE);

c) Estado de Flujo de Efectivo (EFE); y

d) Estado de Cambios en el Patrimonio Neto (ECPN) y Estado de Valor Agregado (EVA), acompañados de las respectivas notas explicativas y los Informes de la Dirección y de los Consejos Fiscal y de Administración, los Dictámenes de los Auditores Independientes, así como el Balance de cierre del ejercicio con los ajustes realizados y respectivos saldos, si la compañía es de capital abierto.

§ 1º En cualquier momento, podrá solicitarse el envío de los documentos exigidos en el inciso I con desglose hasta el último nivel contable, por

respectivos saldos, se a companhia for de capital aberto. § 1º A qualquer tempo, poderá ser solicitado o envio dos documentos exigidos no inciso I com abertura até o último nível contábil, por centro de custos, unidade de negócio ou qualquer outra forma de registro adotada pela concessionária, garantindo-se o sigilo dessas informações, conforme legislação específica. § 2º Os documentos especificados no inciso I deverão ser gerados mensalmente e enviados em até quarenta e cinco dias após o encerramento de cada trimestre, com exceção dos balancetes mensais analíticos do quarto trimestre, que poderão ser enviados no prazo estabelecido no §3º deste artigo. § 3º Os documentos especificados no inciso II deverão ser enviados até o dia 1º de maio do exercício subsequente. § 4º A DELCON poderá solicitar, a qualquer momento, relatórios e informações adicionais que sejam necessários para realização da fiscalização econômico-financeira. I - As requisições complementares de informação deverão guardar relação com as atividades de fiscalização econômico-financeira desenvolvidas pela DELCON e com as obrigações contratuais objeto de supervisão.	centro de costos, unidad de negocio o cualquier otra forma de registro adoptada por la concesionaria, garantizándose la confidencialidad de dichas informaciones, conforme a la legislación específica § 2º Los documentos especificados en el inciso I deberán ser generados mensualmente y enviados dentro de los cuarenta y cinco días posteriores al cierre de cada trimestre, con excepción de los balances mensuales analíticos del cuarto trimestre, que podrán ser enviados en el plazo establecido en el §3º de este artículo. § 3º Los documentos especificados en el inciso II deberán ser enviados hasta el día 1º de mayo del ejercicio subsiguiente. § 4º La DELCON podrá solicitar, en cualquier momento, informes e informaciones adicionales que sean necesarios para la realización de la fiscalización económico-financiera. I - Los requerimientos complementarios de información deberán guardar relación con las actividades de fiscalización económico-financiera desarrolladas por la DELCON y con las obligaciones contractuales objeto de supervisión.
CAPÍTULO III PLANEJAMENTO Art. 8º. O planejamento da fiscalização pela DELCON será orientado pelas seguintes diretrizes: I – realização de ação educativa; II - tratamento responsivo, de acordo com o comportamento da concessionária no cumprimento das obrigações contratuais e regulatórias; III – distinção das obrigações contratuais e regulatórias; e	CAPÍTULO III PLANIFICACIÓN Art. 8º. La planificación de la fiscalización por la DELCON se orientará por las siguientes directrices: I – realización de acción educativa; II - tratamiento responsivo, de acuerdo con el comportamiento de la concesionaria en el cumplimiento de las obligaciones contractuales y regulatorias;

IV - evidências obtidas a partir da coleta, tratamento e análise de dados e informações. § 1º. A vigência do planejamento de fiscalização não limita, restringe ou impossibilita a atuação imediata ou de caráter extraordinário por parte do agente de fiscalização quando constatar indícios de descumprimento contratual. § 2º As ações de fiscalização poderão ser ajustadas em intensidade, alcance e frequência em função do nível de risco identificado, do histórico de cumprimento da concessionária, da criticidade dos achados detectados e dos impactos potenciais sobre a prestação do Serviço. Art. 9º. O planejamento da fiscalização deverá prever ações de fiscalização: I - em caráter abrangente, para acompanhamento de todas ou das principais obrigações contratuais e regulatórias; II - a determinadas obrigações contratuais e regulatórias, mediante inspeções sobre fração do sistema concedido, sobre determinada categoria de obra obrigatória, elemento da infraestrutura, tipo de serviço ou obrigação econômico-financeira; e III - As ações previstas no planejamento anual deverão ser priorizadas considerando critérios de risco regulatório, segurança viária, impacto sobre os usuários, criticidade dos ativos e antecedentes de cumprimento contratual. Art. 10º. O planejamento da fiscalização será composto por: I - plano anual de fiscalização de infraestrutura e serviço, abrangendo o acompanhamento de obras obrigatórias e de parâmetros de desempenho; e	III – distinción de las obligaciones contractuales y regulatorias; y IV - evidencias obtenidas a partir de la recolección, tratamiento y análisis de datos e informaciones. § 1º. La vigencia de la planificación de fiscalización no limita, restringe ni imposibilita la actuación inmediata o de carácter extraordinario por parte del agente de fiscalización cuando constate indicios de incumplimiento contractual. § 2º Las acciones de fiscalización podrán ajustarse en intensidad, alcance y frecuencia en función del nivel de riesgo identificado, del historial de cumplimiento de la concesionaria, de la criticidad de los hallazgos detectados y de los impactos potenciales sobre la prestación del servicio. Art. 9º. La planificación de la fiscalización deberá prever acciones de fiscalización: I - con carácter integral, para el seguimiento de todas o de las principales obligaciones contractuales y regulatorias; y II - sobre determinadas obligaciones contractuales y regulatorias, mediante inspecciones sobre fracción del sistema concesionado, sobre determinada categoría de obra obligatoria, elemento de la infraestructura, tipo de servicio u obligación económico-financiera. III -Las acciones previstas en el plan anual deberán priorizarse considerando criterios de riesgo regulatorio, seguridad vial, impacto sobre los usuarios, criticidad de los activos y antecedentes de cumplimiento contractual. Art. 10º. La planificación de la fiscalización estará compuesta por: I - plan anual de fiscalización de infraestructura y servicio, que abarque el seguimiento de obras obligatorias y de parámetros de desempeño; y
--	--

II - plano anual de fiscalização econômico-financeira. § 1º Os planos anuais de fiscalização serão aprovados por ato da COMAB até 15 de dezembro de cada ano e terão vigência de 1º de janeiro a 31 de dezembro, sendo comunicado à concessionária logo após a sua aprovação. § 2º Os planos anuais de fiscalização deverão conter, no mínimo, os seguintes elementos: I - a fundamentação legal; II - a periodicidade das ações de fiscalização e a duração do ciclo de fiscalização. III - os itens do escopo da fiscalização. IV - o cronograma das ações de fiscalização. § 3º O Plano Anual de Fiscalização poderá ser modificado durante sua vigência mediante decisão fundamentada da COMAB quando circunstâncias supervenientes tornarem necessário adequar as atividades de fiscalização inicialmente programadas.	II - plan anual de fiscalización económico-financiera. § 1º Los planes anuales de fiscalización serán aprobados por acto de la COMAB hasta el 15 de diciembre de cada año y tendrán vigencia del 1º de enero al 31 de diciembre, siendo comunicados a la concesionaria inmediatamente después de su aprobación. § 2º Los planes anuales de fiscalización deberán contener, como mínimo, los siguientes elementos: I - el fundamento legal; II - la periodicidad de las acciones de fiscalización y la duración del ciclo de fiscalización. III - los ítems del alcance de la fiscalización. IV - el cronograma de las acciones de fiscalización. § 3º El Plan Anual de Fiscalización podrá ser modificado durante su vigencia mediante decisión fundada de la COMAB cuando circunstancias sobrevinientes hagan necesario adecuar las actividades de fiscalización inicialmente programadas.
CAPÍTULO IV AGENTE DE FISCALIZAÇÃO Art. 11º. As ações de fiscalização serão realizadas por agentes de fiscalização da DELCON. § 1º Os agentes de fiscalização são os empregados da DELCON ou colaboradores contratados. § 2º A atuação dos agentes de fiscalização se baseia na lei, no contrato de concessão, nas normas técnicas, na regulação, no plano anual de fiscalização e nos manuais de procedimentos da DELCON. § 3º A DELCON adotará mecanismos destinados a assegurar a capacitação permanente dos seus agentes de fiscalização, a adequada gestão de potenciais conflitos de interesse e a	CAPÍTULO IV AGENTE DE FISCALIZACIÓN Art. 11º. Las acciones de fiscalización serán realizadas por agentes de fiscalización de la DELCON. § 1º Los agentes de fiscalización son empleados de la DELCON o colaboradores contratados. § 2º La actuación de los agentes de fiscalización se basa en la ley, en el contrato de concesión, en las normas técnicas, en la regulación, en el plan anual de fiscalización y en los manuales de procedimientos de la DELCON. § 3º La DELCON adoptará mecanismos destinados a asegurar la capacitación permanente de sus agentes de fiscalización, la adecuada gestión de potenciales conflictos de

proteção da informação obtida durante o exercício de suas funções.	interés y la protección de la información obtenida durante el ejercicio de sus funciones.
CAPÍTULO V EXECUÇÃO DA FISCALIZAÇÃO Seção I Disposições gerais Art. 12. A DELCON acompanhará a execução do contrato de concessão por meio de ações de fiscalização, que incluirão: I - fiscalização de infraestrutura e serviços, abrangendo obras obrigatórias e parâmetros de desempenho; e II - fiscalização econômico-financeira. Parágrafo único. As obrigações contratuais e regulatórias não contempladas pelas ações de fiscalização previstas nos incisos I e II serão objeto de fiscalização extraordinária. Art. 13. A fiscalização do contrato de concessão será realizada em três níveis: I – fiscalização em primeiro nível: coleta, tratamento e análise de dados e informações sobre a concessão; II - fiscalização em segundo nível: solicitação e análise de esclarecimentos ou informações complementares sobre eventuais descumprimentos de obrigações contratuais identificados no primeiro nível, além da adoção das medidas previstas nesta resolução; e III - fiscalização em terceiro nível: inspeção in loco e adoção de medidas previstas nesta resolução. Art. 14. A concessionária deverá adotar as providências para a execução do contrato de concessão, independentemente da realização da fiscalização pela DELCON. § 1º Eventual ausência de apontamento, por parte da fiscalização, de determinada não-conformidade não exime a	CAPÍTULO V EJECUCIÓN DE LA FISCALIZACIÓN Sección I Disposiciones generales Art. 12. La DELCON acompañará la ejecución del contrato de concesión por medio de acciones de fiscalización, que incluirán: I - fiscalización de infraestructura y servicios, abarcando obras obligatorias y parámetros de desempeño; y II - fiscalización económico-financiera. Párrafo único. Las obligaciones contractuales y regulatorias no contempladas por las acciones de fiscalización previstas en los incisos I y II serán objeto de fiscalización extraordinaria. Art. 13. La fiscalización del contrato de concesión será realizada en tres niveles: I - fiscalización en primer nivel: recolección, tratamiento y análisis de datos e informaciones sobre la concesión; II - fiscalización en segundo nivel: solicitud y análisis de aclaraciones o informaciones complementarias sobre eventuales incumplimientos de obligaciones contractuales identificados en el primer nivel, además de la adopción de las medidas previstas en esta resolución; y III - fiscalización en tercer nivel: inspección in situ y adopción de medidas previstas en esta resolución. Art. 14. La concesionaria deberá adoptar las providencias para la ejecución del contrato de concesión, independentemente de la realización de la fiscalización por la DELCON.

concessionária da responsabilidade pela identificação e correção das irregularidades, tampouco a desobriga de realizar os serviços necessários ao pleno atendimento aos parâmetros estabelecidos no PEC, permanecendo sujeita às penalidades cabíveis em caso de descumprimento. Para tanto, a concessionária deverá manter rotina sistemática de inspeção, monitoramento e avaliação das condições da infraestrutura e dos serviços prestados, atuando de forma preventiva e corretiva, independentemente de notificação prévia da fiscalização.

§ 2º A fiscalização, resultando ou não na aplicação de penalidades, não exime a concessionária da obrigação de corrigir os descumprimentos contratuais identificados.

§ 3º A concessionária deverá comprovar a correção dos descumprimentos de obrigações contratuais mediante apresentação de documentos e, sempre que possível, registros de imagem, aplicando-se essa exigência ao atendimento de termo de registro de ocorrência, à suspensão da contagem de multa moratória e a qualquer outro mecanismo regulatório que requeira tal comprovação.

I - Em caso de impossibilidade de cumprimento do prazo estabelecido para atendimento à não-conformidade, a concessionária deverá apresentar formalmente justificativa técnica que comprove de forma clara e fundamentada os motivos do impedimento, acompanhada de evidências pertinentes, bem como propor novo prazo para regularização, sujeito à análise e aprovação da fiscalização, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

§ 1º La eventual ausencia de señalamiento, por parte de la fiscalización, de determinada no conformidad no exime a la concesionaria de la responsabilidad por la identificación y corrección de las irregularidades, ni la exime de realizar los servicios necesarios para el pleno cumplimiento de los parámetros establecidos en el PEC, permaneciendo sujeta a las penalidades aplicables en caso de incumplimiento. Para ello, la concesionaria deberá mantener una rutina sistemática de inspección, monitoreo y evaluación de las condiciones de la infraestructura y de los servicios prestados, actuando de forma preventiva y correctiva, independientemente de notificación previa de la fiscalización.

§ 2º La fiscalización, resulte o no en la aplicación de penalidades, no exime a la concesionaria de la obligación de corregir los incumplimientos contractuales identificados.

§ 3º La concesionaria deberá comprobar la corrección de los incumplimientos de obligaciones contractuales mediante la presentación de documentos y, siempre que sea posible, registros de imagen, aplicándose esta exigencia al cumplimiento de acta de registro de ocurrencia, a la suspensión del cómputo de multa moratoria y a cualquier otro mecanismo regulatorio que requiera dicha comprobación.

I - En caso de imposibilidad de cumplimiento del plazo establecido para la subsanación de la no conformidad, la concesionaria deberá presentar formalmente justificación técnica que compruebe de forma clara y fundamentada los motivos del impedimento, acompañada de evidencias pertinentes, así como proponer un nuevo plazo para la regularización, sujeto al análisis y aprobación de la fiscalización, sin

§ 4º O agente de fiscalização deverá tomar medida preventiva ou sancionatória, graduada de forma proporcional à não-conformidade, se a concessionária não demonstrar saneamento da inconformidade.

§ 5º As medidas apresentadas no §4º serão aplicadas após ação de fiscalização em segundo ou terceiro nível ou extraordinária.

Subseção I

Fiscalização em Primeiro nível

Art. 15. A ação de fiscalização em primeiro nível compreende:

I - coleta de dados e informações sobre obras obrigatórias, parâmetros de desempenho e gestão econômico-financeira;

II - análise dos achados; e

III - elaboração de manifestações técnicas sobre os itens mencionados no inciso I.

§ 1º A coleta de dados e informações deverá ocorrer durante todo o ano de concessão, em caráter abrangente ou de forma restrita, conforme o planejamento estabelecido.

§ 2º Os dados e informações coletados serão avaliados e classificados com base em critérios de significância, representatividade e criticidade.

Art. 16. Após classificação dos dados será realizada a análise dos achados e a elaboração das manifestações técnicas.

§ 1º Se as manifestações técnicas indicarem conformidade na execução das obras obrigatórias, dos parâmetros de desempenho ou a regularidade econômico-financeira, as obrigações serão consideradas cumpridas e os processos administrativos serão arquivados.

§ 2º Em caso de indícios de inconformidade ou necessidade de

perjuízo de la aplicación de las penalidades correspondientes.

§ 4º El agente de fiscalización deberá adoptar medida preventiva o sancionatoria, graduada de forma proporcional a la no conformidad, si la concesionaria no demuestra la subsanación de la inconformidad.

§ 5º Las medidas presentadas en el §4º serán aplicadas tras acción de fiscalización en segundo o tercer nivel o extraordinaria.

Subsección I

Fiscalización en Primer Nivel

Art. 15. La acción de fiscalización en primer nivel comprende:

I - recolección de datos e informaciones sobre obras obligatorias, parámetros de desempeño y gestión económico-financiera;

II - análisis de los hallazgos; y

III - elaboración de manifestaciones técnicas sobre los ítems mencionados en el inciso I.

§ 1º La recolección de datos e informaciones deberá ocurrir durante todo el año de concesión, con carácter integral o de forma restringida, conforme a la planificación establecida.

§ 2º Los datos e informaciones recolectados serán evaluados y clasificados con base en criterios de significancia, representatividad y criticidad.

Art. 16. Tras la clasificación de los datos se realizará el análisis de los hallazgos y la elaboración de las manifestaciones técnicas.

§ 1º Si las manifestaciones técnicas indican conformidad en la ejecución de las obras obligatorias, de los parámetros de desempeño o la regularidad económico-financiera, las obligaciones serán consideradas cumplidas y los procedimientos administrativos serán archivados.

obtenção de informações complementares, o processo administrativo dará prosseguimento à fiscalização em segundo nível.

Subseção II
Fiscalização em Segundo Nível

Art. 17. A ação de fiscalização em segundo nível ocorrerá em caso de evidências de inconformidade ou necessidade de obtenção de informações complementares observadas na ação de fiscalização em primeiro nível.

§ 1º Em vista do disposto no caput, o agente de fiscalização solicitará esclarecimentos ou informações complementares à concessionária.

§ 2º A concessionária poderá estar sujeita a medidas preventivas se seus esclarecimentos ou informações complementares forem reputados insuficientes ou apresentados fora do prazo.

§ 3º Serão considerados insuficientes os antecedentes que não permitam verificar o cumprimento da obrigação fiscalizada, que apresentem inconsistências técnicas relevantes ou que careçam de respaldo documental adequado.

§ 4º O agente de fiscalização deverá tomar medidas sancionatórias, se esta deixar de prestar os esclarecimentos ou informações complementares, ou não demonstrar saneamento da inconformidade.

§ 5º O processo administrativo deverá ser arquivado em relação às inconformidades corrigidas no segundo nível.

Subseção III
Fiscalização em Terceiro Nível

Art. 18. A ação de fiscalização em terceiro nível será realizada para:

§ 2º En caso de indícios de inconformidad o necesidad de obtención de informaciones complementarias, el procedimiento administrativo dará continuidad a la fiscalización en segundo nivel.

Subsección II
Fiscalización en Segundo Nivel

Art. 17. La acción de fiscalización en segundo nivel ocurrirá en caso de evidencias de inconformidad o necesidad de obtención de informaciones complementarias observadas en la acción de fiscalización en primer nivel.

§ 1º En vista de lo dispuesto en el caput, el agente de fiscalización solicitará aclaraciones o informaciones complementarias a la concesionaria.

§ 2º La concesionaria podrá estar sujeta a medidas preventivas si sus aclaraciones o informaciones complementarias son consideradas insuficientes o presentadas fuera de plazo.

§ 3º Se considerarán insuficientes los antecedentes que no permitan verificar el cumplimiento de la obligación fiscalizada, que presenten inconsistencias técnicas relevantes o que carezcan de respaldo documental adecuado.

§ 4º El agente de fiscalización deberá adoptar medidas sancionatorias, si esta deja de prestar las aclaraciones o informaciones complementarias, o no demuestra la subsanación de la inconformidad.

§ 5º El procedimiento administrativo deberá ser archivado en relación con las inconformidades corregidas en el segundo nivel.

Subsección III
Fiscalización en Tercer Nivel

I - averiguar elementos que só podem ser verificados em campo;
II - inspecionar obras obrigatórias; e
III - receber as obras obrigatórias, após a concessionária informar o seu término, nos termos da resolução específica.

§ 1º Desde que de forma justificada pela DELCON, o Plano Anual de Fiscalização poderá incluir ações de fiscalização em terceiro nível para verificar, amostralmente, as informações obtidas nos primeiros níveis de fiscalização

§ 2º A fiscalização de elementos que só podem ser verificados em campo não depende da realização prévia de ações de fiscalização em primeiro e segundo níveis, mas deverá constar do Plano Anual de Fiscalização, salvo situação excepcional devidamente justificada.

Art. 19. A ação de fiscalização em terceiro nível ocorrerá conforme plano anual de fiscalização, com quantitativo e intervalo temporal determinados para o ano fiscalização.

§ 1º A concessionária deverá ser informada, com pelo menos dez dias de antecedência, quanto às possíveis datas e ao escopo da ação de fiscalização em terceiro nível.

I - A notificação da ação de fiscalização deverá indicar, no mínimo, seu objeto, extensão, data estimada de realização e antecedentes que a fundamentam.

II - A concessionária poderá designar representantes para acompanhar a inspeção e formular observações que serão incorporadas ao expediente respectivo.

§ 2º Até quinze dias após a conclusão do intervalo temporal relacionado à ação de fiscalização de terceiro nível, será emitida manifestação técnica, conforme o escopo da fiscalização.

Art. 18. La acción de fiscalización en tercer nivel será realizada para:

I - averiguar elementos que solo pueden ser verificados en campo;
II - inspeccionar obras obligatorias; y
III - recibir las obras obligatorias, después de que la concesionaria informe su finalización, en los términos de la resolución específica.

§ 1º Siempre que esté justificado por la DELCON, el Plan Anual de Fiscalización podrá incluir acciones de fiscalización en tercer nivel para verificar, por muestreo, las informaciones obtenidas en los primeros niveles de fiscalización.

§ 2º La fiscalización de elementos que solo pueden ser verificados en campo no depende de la realización previa de acciones de fiscalización en primer y segundo niveles, pero deberá constar en el Plan Anual de Fiscalización, salvo situación excepcional debidamente justificada.

Art. 19. La acción de fiscalización en tercer nivel ocurrirá conforme al plan anual de fiscalización, con cantidad e intervalo temporal determinados para el año de fiscalización.

§ 1º La concesionaria deberá ser informada, con al menos diez días de anticipación, sobre las posibles fechas y el alcance de la acción de fiscalización en tercer nivel.

I - La notificación de la acción de fiscalización deberá indicar, al menos, su objeto, extensión, fecha estimada de realización y antecedentes que la fundamentan.

II - La concesionaria podrá designar representantes para acompañar la inspección y formular observaciones que serán incorporadas al expediente respectivo.

§ 2º Hasta quince días después de la conclusión del intervalo temporal relacionado con la acción de fiscalización de tercer nivel, se emitirá manifestación técnica, conforme al alcance de la fiscalización.

§ 3º O agente de fiscalização deverá tomar medidas preventivas ou sancionatórias, se a concessionária não demonstrar o saneamento da inconformidade.

Seção II

Fiscalização extraordinária

Art. 20. A DELCON poderá, a qualquer tempo, independente de aviso prévio, realizar fiscalizações extraordinárias, quando forem identificados indícios de inconformidade que cause impactos imediatos aos usuários nas áreas de infraestrutura, serviços, ou aspectos econômico-financeiros da concessão.

§ 1º Serão consideradas circunstâncias habilitantes para a realização de fiscalizações extraordinárias aquelas que possam afetar significativamente a segurança viária, a continuidade do serviço, a integridade da infraestrutura, o equilíbrio econômico-financeiro da concessão ou qualquer outro interesse público comprometido com a adequada execução contratual.

§ 2º A fiscalização extraordinária poderá ser realizada por meio de:

I - inspeção in loco; ou

II - levantamento de informações junto à concessionária.

§ 3º A fiscalização extraordinária poderá utilizar qualquer forma válida de inspeção e qualquer fonte de dados ou informações necessárias para apurar o evento ou conduta que a motivou.

§ 4º As informações coletadas para fins de fiscalização extraordinária devem ser submetidas e processadas no sistema indicado pela DELCON, nos termos do Capítulo II, resguardando-se os casos sigilosos dispostos na legislação específica.

§ 3º El agente de fiscalización deberá adoptar medidas preventivas o sancionatorias, si la concesionaria no demuestra la subsanación de la inconformidad.

Sección II

Fiscalización extraordinaria

Art. 20. La DELCON podrá, en cualquier momento, independientemente de aviso previo, realizar fiscalizaciones extraordinarias, cuando se identifiquen indicios de inconformidad que cause impactos inmediatos a los usuarios en las áreas de infraestructura, servicios, o aspectos económico-financieros de la concesión.

§ 1º Se considerarán circunstancias habilitantes para la realización de fiscalizaciones extraordinarias aquellas que puedan afectar significativamente la seguridad vial, la continuidad del servicio, la integridad de la infraestructura, el equilibrio económico-financiero de la concesión o cualquier otro interés público comprometido con la adecuada ejecución contractual.

§ 2º La fiscalización extraordinaria podrá ser realizada por medio de:

I - inspección in situ; o

II - recopilación de informaciones ante la concesionaria.

§ 3º La fiscalización extraordinaria podrá utilizar cualquier forma válida de inspección y cualquier fuente de datos o informaciones necesarias para averiguar el evento o conducta que la motivó.

§ 4º Las informaciones recolectadas para fines de fiscalización extraordinaria deben ser presentadas y procesadas en el sistema indicado por la DELCON, en los términos del Capítulo II, resguardándose los casos confidenciales dispuestos en la legislación específica.

§ 5º Após a ação de fiscalização extraordinária será emitida manifestação técnica, conforme o escopo da fiscalização.

§ 6º Caso constatado o não saneamento das inconformidades, o agente de fiscalização deverá tomar medidas preventivas ou sancionatórias, conforme o caso.

§ 7º A constatação de eventual inconformidade não contemplada no escopo inicialmente tratado no caput não implicará nulidade da ação de fiscalização e dos instrumentos regulatórios adotados pelo agente de fiscalização.

Seção III **Fiscalização da frente de investimentos e obras**

Art. 21. A fiscalização da frente de investimentos e obras será realizada pela DELCON, com o objetivo de acompanhar o avanço físico das obras previstas para o período correspondente.

Parágrafo único. A DELCON poderá implementar mecanismos de acompanhamento preventivo durante a execução das obras, considerando indicadores de avanço físico, qualidade, criticidade e risco de execução.

Art. 22. A fiscalização da frente de investimentos e obras será realizada em ciclos anuais, coincidentes com o ano de concessão, e será baseada na comparação entre a execução anual verificada e o escopo e cronograma das obrigações previstas no contrato de concessão.

§ 1º A fiscalização de obras obrigatórias deverá incluir também aquelas provenientes de inexecuções de obrigações vencidas em ciclos anuais anteriores.

§ 5º Tras la acción de fiscalización extraordinaria se emitirá manifestación técnica, conforme al alcance de la fiscalización.

§ 6º En caso de constatarse la no subsanación de las inconformidades, el agente de fiscalización deberá adoptar medidas preventivas o sancionatorias, según el caso.

§ 7º La constatación de eventual inconformidad no contemplada en el alcance inicialmente tratado en el caput no implicará nulidad de la acción de fiscalización y de los instrumentos regulatorios adoptados por el agente de fiscalización.

Sección III **Fiscalización del frente de inversiones y obras**

Art. 21. La fiscalización del frente de inversiones y obras será realizada por la DELCON, con el objetivo de acompañar el avance físico de las obras previstas para el período correspondiente.

Parágrafo único. La DELCON podrá implementar mecanismos de seguimiento preventivo durante la ejecución de las obras, considerando indicadores de avance físico, calidad, criticidad y riesgo de ejecución.

Art. 22. La fiscalización del frente de inversiones y obras será realizada en ciclos anuales, coincidentes con el año de concesión, y se basará en la comparación entre la ejecución anual verificada y el alcance y cronograma de las obligaciones previstas en el contrato de concesión.

§ 1º La fiscalización de obras obligatorias deberá incluir también aquellas provenientes de incumplimientos de obligaciones vencidas en ciclos anuales anteriores.

§ 2º Sin perjuicio de las penalidades y demás mecanismos regulatorios aplicables, la ocurrencia de

§ 2º Sem prejuízo das penalidades e demais mecanismos regulatórios aplicáveis, a ocorrência de inexecuções relacionadas à frente de investimentos e obras não impede sua liberação para tráfego e fruição pelos usuários, desde que não haja risco à segurança viária.

Art. 23. No primeiro nível de fiscalização serão considerados os informes mensais para elaboração da manifestação técnica anual.

§ 1º A manifestação técnica sobre a execução anual será emitida pelo agente de fiscalização em até trinta e cinco dias após a expedição do último informe mensal do verificador independente ou da concessionária relativo ao ano de concessão.

§ 2º A manifestação técnica de que trata o caput conterá:

I - o percentual de execução e de inexecução das obras obrigatórias exigíveis no respectivo ano de concessão, incluindo as inexecuções de obrigações vencidas; e

II - a referência aos termos de encerramento de obra obrigatória lavrados no ano de concessão, com indicação da data de conclusão de obra obrigatória:

a) que implique reclassificação tarifária condicionada prevista no contrato de concessão; e

b) para a qual estava em curso contagem de multa moratória.

§ 3º Sendo necessária ação de terceiro nível, o prazo poderá ser prorrogado por dez dias.

Art. 24. A concessionária será informada sobre a manifestação técnica referida no art. 23 e os documentos que a fundamentam, e terá a oportunidade de se manifestar, caso se identifique a necessidade de ação de fiscalização em segundo nível.

incumplimientos relacionados con el frente de inversiones y obras no impide su liberación al tráfico y uso por los usuarios, siempre que no exista riesgo para la seguridad vial.

Art. 23. En el primer nivel de fiscalización se considerarán los informes mensuales para la elaboración de la manifestación técnica anual.

§ 1º La manifestación técnica sobre la ejecución anual será emitida por el agente de fiscalización en un plazo de hasta treinta y cinco días tras la expedición del último informe mensual del verificador independiente o de la concesionaria relativo al año de concesión.

§ 2º La manifestación técnica de que trata el caput contendrá:

I - el porcentaje de ejecución e incumplimiento de las obras obligatorias exigibles en el respectivo año de concesión, incluyendo los incumplimientos de obligaciones vencidas; y

II - la referencia a los términos de cierre de obra obligatoria formalizados en el año de concesión, con indicación de la fecha de conclusión de obra obligatoria:

a) que implique reclasificación tarifaria condicionada prevista en el contrato de concesión; y

b) para la cual estuviera en curso el cómputo de multa moratoria.

§ 3º Siendo necesaria una acción de tercer nivel, el plazo podrá ser prorrogado por diez días.

Art. 24. La concesionaria será informada sobre la manifestación técnica referida en el art. 23 y los documentos que la fundamentan, y tendrá la oportunidad de manifestarse, en caso de que se identifique la necesidad de acción de fiscalización en segundo nivel.

§ 1º La concesionaria podrá presentar su manifestación en el plazo de quince días, prorrogable una única

§ 1º A concessionária poderá apresentar sua manifestação no prazo de quinze dias, prorrogável uma única vez por igual período, ou alternativamente, comprovar a correção do descumprimento de obrigação contratual identificado. § 2º A DELCON apreciará a manifestação apresentada pela concessionária e, se necessário, elaborará uma manifestação técnica complementar, sugerindo à COMAB a adoção de medidas preventivas no prazo de quinze dias. § 3º Considerando o apurado que não puder ser corrigido com medidas preventivas, será realizada fiscalização em terceiro nível. Art. 25. Na fiscalização da frente de investimentos e obras poderá ser lavrado auto de infração para aplicação de multa moratória por obra obrigatória, na forma do Capítulo VIII. § 1º O plano anual de fiscalização poderá prever a realização de múltiplas ações de fiscalização em terceiro nível durante cada ciclo de fiscalização da frente de investimentos e obras, especialmente quando estas apresentarem complexidade na solução de engenharia ou de relevante repercussão social. § 2º Na fiscalização da frente de investimentos e obras, não serão lavrados: I - termo de registro de ocorrência; e II - auto de infração para aplicação de multa específica, exceto se constatada também a ocorrência de infração de outra natureza passível de aplicação de multa específica, na forma do Anexo II. § 3º A inexecução indicada na forma dos incisos I e II do § 2º do art. 23 deverá ser contemplada no planejamento anual da concessionária do ano-concessão subsequente.	vez por igual período, ou alternativamente, comprovar la corrección del incumplimiento de obligación contractual identificado. § 2º La DELCON evaluará la manifestación presentada por la concesionaria y, si fuera necesario, elaborará una manifestación técnica complementaria, sugiriendo a la COMAB la adopción de medidas preventivas en el plazo de quince días. § 3º Considerando lo verificado que no pueda ser corregido con medidas preventivas, se realizará fiscalización en tercer nivel. Art. 25. En la fiscalización del frente de inversiones y obras podrá levantarse acta de infracción para la aplicación de multa moratoria por obra obligatoria, en la forma del Capítulo VIII. § 1º El plan anual de fiscalización podrá prever la realización de múltiples acciones de fiscalización en tercer nivel durante cada ciclo de fiscalización del frente de inversiones y obras, especialmente cuando estas presenten complejidad en la solución de ingeniería o de relevante repercusión social. § 2º En la fiscalización del frente de inversiones y obras, no se levantarán: I - acta de registro de ocurrencia; y II - acta de infracción para la aplicación de multa específica, excepto si se constata también la ocurrencia de infracción de otra naturaleza pasible de aplicación de multa específica, en la forma del Anexo II. § 3º La inexecución indicada en la forma de los incisos I y II del § 2º del art. 23 deberá ser contemplada en la planificación anual de la concesionaria del año-concesión subsiguiente. Art. 26. Tras la recepción de obra obligatoria, la DELCON levantará acta
---	---

Art. 26. Após o recebimento de obra obrigatória, a DELCON lavrará termo de encerramento de obra, conforme disciplinado em ato específico.

Parágrafo único. O termo de encerramento de obra deverá ser emitido dentro dos trinta dias seguintes ao recebimento da documentação requerida para sua avaliação, desde que devidamente em conformidade com os requisitos aplicáveis.

Seção IV

Fiscalização da frente de serviços estruturais, de conservação e de serviços operacionais

Art. 27. A fiscalização dos parâmetros de desempenho da frente de serviços estruturais, de conservação e de serviços operacionais será realizada com o objetivo de aferir o cumprimento dos parâmetros de desempenho definidos em contrato e em regulamento, que incluem:

- I - parâmetros de manutenção da infraestrutura;
- II - parâmetros de conservação da infraestrutura; e
- III - serviços operacionais.

Art. 28. A fiscalização dos parâmetros de desempenho será realizada mediante a comparação entre o estado da infraestrutura e dos serviços observados e as obrigações estipuladas no contrato de concessão.

Art. 29. No primeiro nível de fiscalização serão considerados:

- I - os informes anuais de manutenção da infraestrutura, emitidos em até sessenta dias após o término do ano de concessão, para elaboração da manifestação técnica anual; e
- II - os informes periódicos de conservação da infraestrutura e dos

de cierre de obra, conforme a lo dispuesto en acto específico.

Párrafo único. El término de cierre de obra deberá emitirse dentro de los treinta días siguientes a la recepción de la documentación requerida para su evaluación, siempre que se cumpla debidamente con los requisitos aplicables.

Sección IV

Fiscalización del frente de servicios estructurales, de conservación y de servicios operacionales

Art. 27. La fiscalización de los parámetros de desempeño del frente de servicios estructurales, de conservación y de servicios operativos será realizada con el objetivo de verificar el cumplimiento de los parámetros de desempeño definidos en contrato y en reglamento, que incluyen:

- I - parámetros de mantenimiento de la infraestructura;
- II - parámetros de conservación de la infraestructura; y
- III - servicios operativos.

Art. 28. La fiscalización de los parámetros de desempeño será realizada mediante la comparación entre el estado de la infraestructura y de los servicios observados y las obligaciones estipuladas en el contrato de concesión.

Art. 29. En el primer nivel de fiscalización se considerarán:

- I - los informes anuales de mantenimiento de la infraestructura, emitidos en un plazo de hasta sesenta días después del término del año de concesión, para la elaboración de la manifestación técnica anual; y
- II - los informes periódicos de conservación de la infraestructura y de los servicios operativos para la

serviços operacionais para elaboração das demais manifestações técnicas. § 1º A manifestação técnica sobre parâmetros de desempenho de manutenção da infraestrutura será emitida pelo agente de fiscalização em até sessenta dias após a expedição do relatório anual do verificador independente sobre os parâmetros de desempenho, e conterá o percentual de execução e de inexecução dos parâmetros de desempenho exigíveis no respectivo ano de concessão. § 2º A manifestação técnica sobre parâmetros de desempenho de conservação da infraestrutura e dos serviços operacionais será emitida pelo agente de fiscalização em até trinta dias após apresentação dos dados e informações pelos responsáveis listados no § 1º do art. 5º. § 3º O disposto no § 1º aplica-se independentemente das medidas preventivas ou sancionatórias adotadas. Art. 30. Durante o ciclo de fiscalização, o agente de fiscalização realizará, no mínimo, uma ação de fiscalização de primeiro nível abrangendo a análise: - I - dos parâmetros de manutenção; - II - dos parâmetros de conservação; e - III - dos parâmetros de serviços operacionais determinados contratualmente. Art. 31. À concessionária será dada ciência a respeito das manifestações técnicas de que trata o art. 29 e dos documentos que subsidiaram a sua elaboração, caso se identifique a necessidade de ação de fiscalização em segundo nível.	elaboración de las demás manifestaciones técnicas. § 1º La manifestación técnica sobre parámetros de desempeño de mantenimiento de la infraestructura será emitida por el agente de fiscalización en un plazo de hasta sesenta días después de la expedición del informe anual del verificador independiente sobre los parámetros de desempeño, y contendrá el porcentaje de ejecución e incumplimiento de los parámetros de desempeño exigibles en el respectivo año de concesión. § 2º La manifestación técnica sobre parámetros de desempeño de conservación de la infraestructura y de los servicios operativos será emitida por el agente de fiscalización en un plazo de hasta treinta días después de la presentación de los datos e informaciones por los responsables listados en el § 1º del art. 5º. § 3º Lo dispuesto en el § 1º se aplica independientemente de las medidas preventivas o sancionatorias adoptadas. Art. 30. Durante el ciclo de fiscalización, el agente de fiscalización realizará, como mínimo, una acción de fiscalización de primer nivel que abarque el análisis: - I - de los parámetros de mantenimiento; - II - de los parámetros de conservación; y - III - de los parámetros de servicios operativos determinados contractualmente. Art. 31. A la concesionaria se le dará conocimiento respecto de las manifestaciones técnicas de que trata el art. 27 y de los documentos que fundamentaron su elaboración, en caso de que se identifique la necesidad de acción de fiscalización en segundo nivel.
--	--

§ 1º A manifestação da concessionária deverá ocorrer no prazo improrrogável de quinze dias. § 2º A DELCON apreciará a manifestação apresentada pela concessionária na forma do §1º e aplicará as medidas tratadas no art. 17, se necessário. § 3º Considerando o apurado que não puder ser corrigido com medidas preventivas, será realizada fiscalização em terceiro nível. Art. 32. Na fiscalização de parâmetros de desempenho, poderão ser aplicadas as seguintes medidas: I - ação educativa; II - termo de registro de ocorrência, para os parâmetros de desempenho de conservação da infraestrutura; III - aviso de não conformidade, para os parâmetros de desempenho de manutenção da infraestrutura e de serviços operacionais; IV - auto de infração para aplicação de multa específica; e V - auto de infração para aplicação de multa moratória por não atingimento de parâmetro de desempenho de manutenção, na forma do Capítulo VIII. Parágrafo único. A graduação das medidas regulatórias e sancionatórias deverá considerar a gravidade do descumprimento, sua recorrência, o impacto gerado sobre os usuários e a infraestrutura, bem como as ações corretivas implementadas pela concessionária. Seção V Fiscalização econômico-financeira Art. 33. A fiscalização econômico-financeira será realizada com os seguintes objetivos:	§ 1º La manifestación de la concesionaria deberá realizarse en el plazo improrrogable de quince días. § 2º La DELCON evaluará la manifestación presentada por la concesionaria en la forma del §1º y aplicará las medidas tratadas en el art. 17, si fuera necesario. § 3º Considerando lo verificado que no pueda ser corregido con medidas preventivas, se realizará fiscalización en tercer nivel. Art. 32. En la fiscalización de parámetros de desempeño, podrán aplicarse las siguientes medidas: I - acción educativa; II - acta de registro de ocurrencia, para los parámetros de desempeño de conservación de la infraestructura; III - aviso de no conformidad, para los parámetros de desempeño de mantenimiento de la infraestructura y de servicios operacionales; IV - acta de infracción para la aplicación de multa específica; y V - acta de infracción para la aplicación de multa moratoria por no cumplimiento de parámetro de desempeño de mantenimiento, en la forma del Capítulo VIII. Párrafo único. La graduación de las medidas regulatorias y sancionatorias deberá considerar la gravedad del incumplimiento, su recurrencia, el impacto generado sobre los usuarios y la infraestructura, así como las acciones correctivas implementadas por la concesionaria. Sección V Fiscalización económico-financiera Art. 33. La fiscalización económico-financiera será realizada con los siguientes objetivos: I - monitorear la regularidad económico-financiera del contrato de concesión; y
--	---

I - monitorar a regularidade econômico-financeira do contrato de concessão; e II - avaliar a condição econômica e financeira da concessionária. Art. 34. A fiscalização econômico-financeira da concessionária observará os limites e as obrigações previstas em seu contrato de concessão, e será supletivamente regida por: I - manual de fiscalização dos aspectos econômicos e financeiros, aprovado por ato específico da COMAB; e II - plano anual de fiscalização econômico-financeira. Parágrafo único. O plano anual de fiscalização econômico-financeira será publicado pela DELCON, disciplinando o cronograma de execução e os agentes de fiscalização responsáveis. Art. 35. A fiscalização da regularidade econômico-financeira incluirá: I - a conformidade no envio de dados sobre a gestão econômico-financeira da concessão para a DELCON; II - a regularidade fiscal da concessionária junto às Fazendas Públicas federais, estaduais e municipais onde está localizado o objeto da concessão, assim como na República Argentina, na forma da resolução específica; III - a análise das garantias contratuais; IV - a análise do programa de seguros; V - a integralização de capital social e preservação de patrimônio líquido mínimo exigido; VI - a composição acionária e registro na Comissão de Valores Mobiliários, se houver; VII - a certificação do correto recolhimento da taxa de regulação na forma prevista no contrato de concessão;	II - evaluar la condición económica y financiera de la concesionaria. Art. 34. La fiscalización económico-financiera de la concesionaria observará los límites y las obligaciones previstas en su contrato de concesión, y será supletoriamente regida por: I - manual de fiscalización de los aspectos económicos y financieros, aprobado por acto específico de la COMAB; y II - plan anual de fiscalización económico-financiera. Párrafo único. El plan anual de fiscalización económico-financiera será publicado por la DELCON, estableciendo el cronograma de ejecución y los agentes de fiscalización responsables. Art. 35. La fiscalización de la regularidad económico-financiera incluirá: I - la conformidad en el envío de datos sobre la gestión económico-financiera de la concesión para la DELCON; II - la regularidad fiscal de la concesionaria ante las Haciendas Públicas federales, estatales y municipales donde está localizado el objeto de la concesión, así como en la República Argentina, en la forma de la resolución específica; III - el análisis de las garantías contractuales; IV - el análisis del programa de seguros; V - la integración de capital social y preservación de patrimonio neto mínimo exigido; VI - la composición accionaria y registro en la Comisión de Valores Mobiliarios, si lo hubiere; VII - la certificación del correcto pago de la tasa de regulación en la forma prevista en el contrato de concesión; VIII - la certificación del correcto pago de la contraprestación fija y variable en la forma prevista en el contrato de concesión; y
---	--

VIII - a certificação do correto pagamento da outorga fixa e variável na forma prevista no contrato de concessão; e

IX – outras obrigações contratuais ou legais previstas no plano anual de fiscalização econômico-financeira.

Art. 36. No primeiro nível de fiscalização serão considerados os documentos apresentados pela concessionária para a elaboração de manifestações técnicas sobre a regularidade dos aspectos econômico-financeiros exigidos no contrato de concessão e a condição econômica e financeira da concessionária.

§ 1º Se as manifestações técnicas indicarem a regularidade econômico-financeira, as obrigações serão consideradas cumpridas e os processos administrativos serão arquivados.

§ 2º Em caso de indícios de inconformidade ou necessidade de obtenção de informações complementares, o processo administrativo dará prosseguimento à fiscalização em segundo nível.

§ 3º A concessionária será informada sobre as manifestações técnicas mencionadas no caput e os documentos que as fundamentaram, sendo-lhes facultada a apresentação de manifestação no prazo improrrogável de quinze dias.

§ 4º A DELCON apreciará a manifestação apresentada pela concessionária e, se necessário, elaborará uma manifestação técnica complementar, sugerindo à COMAB a adoção das medidas tratadas no art. 17, se necessário.

Art. 37. Na fiscalização econômico-financeira, o agente de fiscalização realizará, no mínimo, uma ação de fiscalização em primeiro nível e, se necessário, uma ação de fiscalização

IX – outras obrigações contractuales o legales previstas en el plan anual de fiscalización económico-financiera.

Art. 36. En el primer nivel de fiscalización se considerarán los documentos presentados por la concesionaria para la elaboración de manifestaciones técnicas sobre la regularidad de los aspectos económico-financieros exigidos en el contrato de concesión y la condición económica y financiera de la concesionaria.

§ 1º Si las manifestaciones técnicas indican la regularidad económico-financiera, las obligaciones se considerarán cumplidas y los procesos administrativos serán archivados.

§ 2º En caso de indicios de inconformidad o necesidad de obtención de informaciones complementarias, el proceso administrativo dará continuidad a la fiscalización en segundo nivel.

§ 3º La concesionaria será informada sobre las manifestaciones técnicas mencionadas en el caput y los documentos que las fundamentaron, facultándosele la presentación de manifestación en el plazo improrrogable de quince días.

§ 4º La DELCON evaluará la manifestación presentada por la concesionaria y, si fuera necesario, elaborará una manifestación técnica complementaria, sugiriendo a la COMAB la adopción de las medidas tratadas en el art. 17, si fuera necesario.

Art. 37. En la fiscalización económico-financiera, el agente de fiscalización realizará, como mínimo, una acción de fiscalización en primer nivel y, si fuera necesario, una acción de fiscalización en segundo nivel conforme a los procedimientos de este Capítulo V.

em segundo nível conforme os procedimentos deste Capítulo V. Art. 38. A fiscalização econômico-financeira analisará, quando solicitado pela concessionária: I - operações societárias; e II - contratação de financiamento, emissão de debêntures e outras formas de obtenção de crédito.	Art. 38. La fiscalización económico-financiera analizará, cuando sea solicitado por la concesionaria: I - operaciones societarias; y II - contratación de financiamiento, emisión de debentures y otras formas de obtención de crédito.
CAPÍTULO VI MEDIDAS PREVENTIVAS Art. 39. O agente de fiscalização poderá aplicar as seguintes medidas preventivas à concessionária, com vistas a evitar a ocorrência ou recorrência de infrações: I - alerta de potencial inconformidade; II - termo de registro de ocorrência; III - ação educativa; e IV - aviso de não conformidade. Seção I Alerta de potencial inconformidade Art. 40. A qualquer momento, quando houver evidências de que uma obrigação contratual ou regulatória poderá não ser cumprida de acordo com o prazo, o escopo, parâmetro técnico ou de desempenho, o agente de fiscalização poderá lavrar alerta de potencial inconformidade à concessionária. § 1º O alerta de potencial inconformidade poderá ser lavrado para obrigações de qualquer natureza. § 2º A lavratura de alerta de potencial inconformidade não constitui condição prévia necessária para lavratura de termo de registro de ocorrência ou de aviso de não conformidade, bem como, para aplicação de penalidade. Seção II Termo de registro de ocorrência	CAPÍTULO VI MEDIDAS PREVENTIVAS Art. 39. El agente de fiscalización podrá aplicar las siguientes medidas preventivas a la concesionaria, con el fin de evitar la ocurrencia o recurrencia de infracciones: I - alerta de potencial inconformidad; II - acta de registro de ocurrencia; III - acción educativa; y IV - aviso de no conformidad. Sección I Alerta de potencial inconformidade Art. 40. En cualquier momento, cuando existan evidencias de que una obligación contractual o regulatoria podrá no ser cumplida de acuerdo con el plazo, el alcance, parámetro técnico o de desempeño, el agente de fiscalización podrá levantar alerta de potencial inconformidad a la concesionaria. § 1º La alerta de potencial inconformidad podrá levantarse para obligaciones de cualquier naturaleza. § 2º El levantamiento de alerta de potencial inconformidad no constituye condición previa necesaria para el levantamiento de acta de registro de ocurrencia o de aviso de no conformidad, así como para la aplicación de penalidad. Sección II Acta de registro de ocurrencia Art. 41. El acta de registro de ocurrencia deberá levantarse cuando

Art. 41. O termo de registro de ocorrência deverá ser lavrado quando forem identificadas inconformidades relativas a:

I - parâmetros de desempenho de conservação de infraestrutura; e
II - regularidade dos instrumentos econômico-financeiros do contrato de concessão.

§ 1º O agente de fiscalização deverá indicar prazos diferenciados no termo de registro de ocorrência para saneamento:

I - das inconformidades que ofereçam risco grave aos usuários e que exijam intervenção urgente, observado o limite máximo de cinco dias; e

II - das inconformidades que não ofereçam risco grave, observado o limite máximo de noventa dias.

§ 2º Para efeitos deste artigo, será considerado risco grave toda situação que possa comprometer a segurança viária, a integridade física dos usuários, a continuidade do serviço ou a funcionalidade essencial da infraestrutura.

§ 3º Superados os prazos indicados na forma dos §§ 1º e 2º e persistindo a inconformidade, o agente de fiscalização aplicará a medida cabível.

§ 4º O termo de registro de ocorrência poderá ser lavrado para a concessionária em qualquer momento do ano-fiscalização, persistindo a inconformidade, o agente de fiscalização aplicará a medida cabível.

§ 5º O termo de registro de ocorrência deverá contemplar todas as inconformidades relacionadas a uma mesma tipificação previstas no Anexo II, identificadas durante inspeção que compõe uma ação de fiscalização.

**Seção III
Ação Educativa**

se identifiquen inconformidades relativas a:

I - parâmetros de desempenho de conservação de infraestrutura; y

II - regularidad de los instrumentos económico-financieros del contrato de concesión.

§ 1º El agente de fiscalización deberá indicar plazos diferenciados en el acta de registro de ocurrencia para la subsanación:

I - de las inconformidades que representen riesgo grave para los usuarios y que exijan intervención urgente, observado el límite máximo de cinco días; y

II - de las inconformidades que no representen riesgo grave, observado el límite máximo de noventa días.

§ 2º Para efectos de este artículo, se considerará riesgo grave toda situación que pueda comprometer la seguridad vial, la integridad física de los usuarios, la continuidad del servicio o la funcionalidad esencial de la infraestructura.

§ 3º Superados los plazos indicados en la forma del §§ 1º y § y persistiendo la inconformidad, el agente de fiscalización aplicará la medida correspondiente.

§ 4º El acta de registro de ocurrencia podrá levantarse para la concesionaria en cualquier momento del año-fiscalización, persistiendo la inconformidad, el agente de fiscalización aplicará la medida correspondiente.

§ 5º El acta de registro de ocurrencia deberá contemplar todas las inconformidades relacionadas con una misma tipificación previstas en el Anexo II, identificadas durante la inspección que compone una acción de fiscalización.

**Sección III
Acción Educativa**

Art. 42. La acción educativa será aplicada siempre que se identifiquen

Art. 42. A ação educativa será aplicada sempre que identificadas inconformidades não sanadas nas ações de fiscalização em segundo nível.

§ 1º A ação educativa terá início com a delimitação de escopo com representantes da concessionária, onde serão indicadas as inconformidades não sanadas nas ações de fiscalização em segundo nível.

§ 2º Após o alinhamento do escopo, poderá ser realizada ação de fiscalização em terceiro nível, com acompanhamento de representante da concessionária, para verificação in loco das inconformidades.

§ 3º Após o final da ação educativa, a concessionária deverá, em até trinta dias, informar as providências que serão adotadas e o prazo para correção, observado o limite mínimo de trinta e o máximo de noventa dias.

§ 4º Em caso de não correção das inconformidades identificadas na ação educativa o agente de fiscalização aplicará medida sancionatória.

§ 5º A ação educativa poderá ocorrer para a concessionária em qualquer momento do ano-fiscalização, persistindo a inconformidade, o agente de fiscalização aplicará a medida cabível.

Art. 43. A ação educativa será priorizada em relação a inconformidades de baixa criticidade, sem impacto relevante sobre usuários, segurança viária ou execução contratual.

Seção IV Aviso de não conformidade

Art. 44. O aviso de não conformidade será lavrado quando identificada inconformidade relativa a:

inconformidades no subsanadas en las acciones de fiscalización en segundo nivel.

§ 1º La acción educativa se iniciará con la delimitación de alcance con representantes de la concesionaria, donde se indicarán las inconformidades no subsanadas en las acciones de fiscalización en segundo nivel.

§ 2º Tras la alineación del alcance, podrá realizarse acción de fiscalización en tercer nivel, con acompañamiento de representante de la concesionaria, para verificación in loco de las inconformidades.

§ 3º Tras la finalización de la acción educativa, la concesionaria deberá, en un plazo de hasta treinta días, informar las medidas que serán adoptadas y el plazo para la corrección, observado el límite mínimo de treinta y el máximo de noventa días.

§ 4º En caso de no corrección de las inconformidades identificadas en la acción educativa, el agente de fiscalización aplicará medida sancionatoria.

§ 5º La acción educativa podrá realizarse para la concesionaria en cualquier momento del año-fiscalización, persistiendo la inconformidad, el agente de fiscalización aplicará la medida correspondiente.

Art. 43. La acción educativa será priorizada respecto de inconformidades de baja criticidad, sin impacto relevante sobre usuarios, seguridad vial o ejecución contractual.

Sección IV Aviso de no conformidad

Art. 44. El aviso de no conformidad se levantará cuando se identifique inconformidad relativa a:

I - parámetro de desempeño de mantenimiento de infraestructura;

I - parâmetro de desempenho de manutenção de infraestrutura;
 II - parâmetro de desempenho de serviços operacionais; e
 III - obra obrigatória ou parâmetro de desempenho de obra obrigatória.
 § 1º O aviso de não conformidade poderá ser lavrado para a concessionária em qualquer momento do ano de concessão, persistindo a inconformidade, o agente de fiscalização aplicará a medida cabível.

Seção IV Aplicação das medidas preventivas

Art. 45. O quadro a seguir, resume a aplicação de cada medida preventiva tratada neste capítulo.

Medida preventiva	Aplicação
Alerta de potencial inconformidade	Quando houver evidências de que uma obrigação poderá não ser cumprida. Obrigações de qualquer natureza.
Termo de registro de ocorrência	Quando houver inconformidade em parâmetros de desempenho de conservação de infraestrutura e em instrumentos econômico-financeiros
Ação educativa	Sempre que identificadas inconformidades não sanadas nas ações de

II - parâmetro de desempenho de servicios operacionales; y
 III - obra obligatoria o parámetro de desempeño de obra obligatoria.

§ 1º El aviso de no conformidad podrá levantarse para la concesionaria en cualquier momento del año de concesión, persistiendo la inconformidad, el agente de fiscalización aplicará la medida correspondiente.

Sección IV Aplicación de las medidas preventiva

Art. 45. El cuadro siguiente resume la aplicación de cada medida preventiva tratada en este capítulo.

Medida preventiva	Aplicación
Alerta de potencial inconformidad	Cuando existan evidencias de que una obligación podrá no ser cumplida. Obligaciones de cualquier naturaleza
Acta de registro de ocurrencia	Cuando exista inconformidad en parámetros de desempeño de conservación de infraestructura y en instrumentos económico-financieros
Acción educativa	Siempre que se identifiquen inconformidades no subsanadas en las acciones de fiscalización en segundo nivel.

	fiscalização em segundo nível.		Quando se identifique inconformidade em parâmetro de desempenho de manutenção de infraestrutura, parâmetro de desempenho de serviços operacionais, e obra obrigatória ou parâmetro de desempenho de obra obrigatória.
Aviso de não conformidade	Quando identificada inconformidade em: parâmetro de desempenho de manutenção de infraestrutura, parâmetro de desempenho de serviços operacionais, e obra obrigatória ou parâmetro de desempenho de obra obrigatória.	Aviso de no conformidade	Cuando se identifique inconformidad en parámetro de desempeño de mantenimiento de infraestructura, parámetro de desempeño de servicios operacionales, y obra obligatoria o parámetro de desempeño de obra obligatoria.
CAPÍTULO VII MEDIDAS CAUTELARES Art. 46. A COMAB poderá aplicar medida cautelar à concessionária, impondo obrigação de fazer ou não fazer, com a finalidade de evitar a ocorrência ou o agravamento de dano ou risco à infraestrutura, à segurança viária, à execução do contrato de concessão ou aos direitos dos usuários. Art. 47. A aplicação de medida cautelar não exime a concessionária do cumprimento do contrato de concessão e das normas regulatórias da DELCON/COMAB, nem impede a aplicação das penalidades cabíveis. Parágrafo único. Eventual discussão sobre recomposição de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato decorrente da aplicação de medida cautelar ocorrerá em autos apartados e não impedirá sua implementação. Art. 48. A medida cautelar poderá consistir em providências sobre a infraestrutura ou serviços, obrigação de natureza econômico-financeira ou de outra natureza, a exemplo de:		CAPÍTULO VII MEDIDAS CAUTELARES Art. 46. La COMAB podrá aplicar medida cautelar a la concesionaria, imponiendo obligación de hacer o no hacer, con la finalidad de evitar la ocurrencia o el agravamiento de daño o riesgo a la infraestructura, a la seguridad vial, a la ejecución del contrato de concesión o a los derechos de los usuarios. Art. 47. La aplicación de medida cautelar no exime a la concesionaria del cumplimiento del contrato de concesión y de las normas regulatorias de la DELCON/COMAB, ni impide la aplicación de las penalidades correspondientes. Párrafo único. Eventual discusión sobre recomposición de desequilibrio económico-financiero del contrato derivada de la aplicación de medida cautelar se tramitará en autos separados y no impedirá su implementación. Art. 48. La medida cautelar podrá consistir en providencias sobre la infraestructura o servicios, obligación de naturaleza económico-financiera o de otra naturaleza, a ejemplo de:	

I - alteração ou fixação imediata da tarifa de pedágio vigente; II - apresentação de informação à DELCON/COMAB, aos usuários ou a terceiros; III - execução de obra ou serviço emergencial; IV - adoção de providências para impedir ou afastar a gestão temerária; V - aquisição ou substituição de bem da concessão para atendimento ao disposto no contrato de concessão; VI - regularização ou fechamento de acesso ao sistema rodoviário ou de projeto de interesse de terceiro; VII - adoção de providências para impedir ou afastar ocupação ou interferência irregular sobre a área da concessão ou para preservar os limites da faixa de domínio; VIII - cumprimento de condicionante ambiental ou adoção de outra providência visando à mitigação de dano ou risco ambiental, dentro da área da concessão ou, excepcionalmente, fora da área da concessão, quando puder trazer repercussões para a concessão; IX - intervenção no tráfego, incluindo interrupção, desvio, operação especial ou outra providência relacionada à gestão do tráfego, mediante discussão e definição conjunta com a concessionária; X - contratação de verificador independente; XI - assunção temporária de obra do Poder Concedente; XII - apresentação ou reforço de garantia ou de seguro; XIII - desconstituição, suspensão ou adequação de projeto gerador de receitas não tarifárias; XIV - contenção de taludes; ou XV - outras providências urgentes que se fizerem necessárias. Parágrafo único. As medidas previstas nos incisos I a XV serão aplicadas pela COMAB.	I - alteración o fijación inmediata de la tarifa de peaje vigente; II - presentación de información a la DELCON/COMAB, a los usuarios o a terceros; III - ejecución de obra o servicio de emergencia; IV - adopción de providencias para impedir o evitar la gestión temeraria; V - adquisición o sustitución de bien de la concesión para el cumplimiento de lo dispuesto en el contrato de concesión; VI - regularización o cierre de acceso al sistema vial o de proyecto de interés de tercero; VII - adopción de providencias para impedir o evitar ocupación o interferencia irregular sobre el área de la concesión o para preservar los límites de la franja de dominio; VIII - cumplimiento de condicionante ambiental o adopción de otra providencia con el fin de mitigar daño o riesgo ambiental, dentro del área de la concesión o, excepcionalmente, fuera del área de la concesión, cuando pueda traer repercusiones para la concesión; IX - intervención en el tráfico, incluyendo interrupción, desvío, operación especial u otra providencia relacionada con la gestión del tráfico, mediante discusión y definición conjunta con la concesionaria; X - contratación de verificador independiente; XI - asunción temporal de obra del Poder Concedente; XII - presentación o refuerzo de garantía o de seguro; XIII - desconstitución, suspensión o adecuación de proyecto generador de ingresos no tarifarios; XIV - contención de taludes; o XV - otras providencias urgentes que se hicieren necesarias. Párrafo único. Las medidas previstas en los incisos I a XV serán aplicadas por la COMAB.
--	--

Art. 49. A decisão de aplicação de medida cautelar da COMAB deverá conter, pelo menos: I - a situação de dano ou risco a ser evitado ou mitigado pela medida cautelar; II - a obrigação ou providência a ser adotada pela concessionária; III - prazo de vigência da medida cautelar ou prazo para o cumprimento das obrigações ou providências determinadas; e IV - valor da multa coercitiva a ser aplicada em caso de descumprimento da medida cautelar, por hora ou dia de atraso. Parágrafo único. A multa coercitiva aplicável em caso de atraso observará o limite máximo de 0,1% (um décimo por cento) sobre a receita bruta anual, do exercício financeiro anterior, por dia de atraso. Art. 50. A DELCON instruirá o processo, indicando as razões de fato e de direito que justifiquem a aplicação da medida cautelar. § 1º Quando necessário para garantir a efetividade da medida cautelar, o processo administrativo poderá, fundamentadamente, ser mantido em sigilo até a publicação da deliberação da COMAB. § 2º A concessionária será intimada da decisão de aplicação de medida cautelar, podendo apresentar recurso, sem efeito suspensivo, no prazo de quinze dias. § 3º O recurso será encaminhado pela DELCON à COMAB no prazo de cinco dias, com proposta de deliberação, podendo ser ouvida previamente a área jurídica. § 4º A COMAB poderá, a qualquer tempo, de ofício ou mediante proposta da DELCON ou da concessionária, revogar a medida cautelar quando seus pressupostos não mais subsistirem.	Art. 49. La decisión de aplicación de medida cautelar de la COMAB deberá contener, al menos: I - la situación de daño o riesgo a ser evitado o mitigado por la medida cautelar; II - la obligación o providencia a ser adoptada por la concesionaria; III - plazo de vigencia de la medida cautelar o plazo para el cumplimiento de las obligaciones o providencias determinadas; y IV - valor de la multa coercitiva a ser aplicada en caso de incumplimiento de la medida cautelar, por hora o día de atraso. Párrafo único. La multa coercitiva aplicable en caso de atraso observará el límite máximo de 0,1% (un décimo por ciento) sobre los ingresos brutos anuales, del ejercicio financiero anterior, por día de atraso. Art. 50. La DELCON instruirá el proceso, indicando las razones de hecho y de derecho que justifiquen la aplicación de la medida cautelar. § 1º Cuando sea necesario para garantizar la efectividad de la medida cautelar, el proceso administrativo podrá, fundadamente, mantenerse en sigilo hasta la publicación de la deliberación de la COMAB. § 2º La concesionaria será notificada de la decisión de aplicación de medida cautelar, pudiendo presentar recurso, sin efecto suspensivo, en el plazo de quince días. § 3º El recurso será remitido por la DELCON a la COMAB en el plazo de cinco días, con propuesta de deliberación, pudiendo oírse previamente al área jurídica. § 4º La COMAB podrá, en cualquier momento, de oficio o mediante propuesta de la DELCON o de la concesionaria, revocar la medida cautelar cuando sus presupuestos ya no subsistan.
CAPÍTULO VIII	CAPÍTULO VIII

MEDIDAS SANCIONATÓRIAS	MEDIDAS SANCIONATORIAS
Seção I Disposições gerais Art. 51. Poderão ser aplicadas à concessionária as seguintes penalidades: I - advertência; II - multa específica; III - multa moratória; e IV - declaração de inidoneidade. Parágrafo único. A penalidade de que trata o inciso IV poderá ser aplicada cumulativamente com as penas previstas nos incisos I a III do caput. Art. 52. O procedimento de aplicação de penalidade deverá considerar: I - a natureza e gravidade da infração; II - o caráter técnico e as normas de prestação do serviço; III - os danos resultantes da infração para o serviço e para os usuários; IV - a vantagem auferida pela concessionária em virtude da infração; V - a proporcionalidade entre a gravidade e intensidade da conduta, inclusive quanto ao número de usuários atingidos; VI - as circunstâncias agravantes e atenuantes; VII - o histórico de infrações transitadas em julgado da concessionária; e VIII - a reincidência da concessionária no cometimento da infração. § 1º O processo administrativo simplificado tramitará por duas instâncias: I - primeira instância: DELCON; e II - segunda instância: COMAB. § 2º A pena de declaração de inidoneidade será aplicada pela COMAB, em instância única. Seção II	Sección I Disposiciones generales Art. 51. Podrán aplicarse a la concesionaria las siguientes penalidades: I - advertencia; II - multa específica; III - multa moratoria; y IV - declaración de inidoneidad. Párrafo único. La penalidad de que trata el inciso IV podrá aplicarse acumulativamente con las penas previstas en los incisos I a III del caput. Art. 52. El procedimiento de aplicación de penalidad deberá considerar: I - la naturaleza y gravedad de la infracción; II - el carácter técnico y las normas de prestación del servicio; III - los daños resultantes de la infracción para el servicio y para los usuarios; IV - la ventaja obtenida por la concesionaria en virtud de la infracción; V - la proporcionalidad entre la gravedad e intensidad de la conducta, inclusive en cuanto al número de usuarios afectados; VI - las circunstancias agravantes y atenuantes; VII - el historial de infracciones firmes de la concesionaria; y VIII - la reincidencia de la concesionaria en la comisión de la infracción. § 1º El proceso administrativo simplificado tramitará por dos instancias: I - primera instancia: DELCON; y II - segunda instancia: COMAB. § 2º La pena de declaración de inidoneidad será aplicada por la COMAB, en instancia única.

Advertência Art. 53. A penalidade de advertência será aplicada por escrito, diretamente ou mediante conversão, nas hipóteses previstas neste regulamento e no contrato de concessão, que não justifique penalidade mais gravosa. Seção III Multa Subseção I Multa específica Art. 54. A aplicação da penalidade de multa específica poderá ocorrer quando configurada a infração relativa a: I - parâmetro de desempenho de conservação; II - obrigação econômico-financeira; III - parâmetro de desempenho de serviço operacional; e IV - outras hipóteses previstas no contrato de concessão, exceto para parâmetros de desempenho de manutenção, e demais regulamentações da DELCON/COMAB aplicáveis à concessionária. Art. 55. A multa específica sobre infrações relativas a parâmetros de desempenho de conservação e parâmetros de desempenho de serviço operacional poderá ser lavrada pela DELCON, esgotadas as medidas preventivas. Art. 56. A multa específica sobre infrações relativas a obrigações econômico-financeiras poderá ser lavrada pela DELCON: I - para cada documento ou instrumento econômico-financeiro; e II - para cada ação de fiscalização que constate inconformidade ou conjunto de inconformidades sobre a condição financeira da concessionária.	Sección II Advertencia Art. 53. La penalidad de advertencia será aplicada por escrito, directamente o mediante conversión, en los supuestos previstos en este reglamento y en el contrato de concesión, que no justifiquen penalidad más gravosa. Sección III Multa Subsección I Multa específica Art. 54. La aplicación de la penalidad de multa específica podrá ocurrir cuando se configure la infracción relativa a: I - parámetro de desempeño de conservación; II - obligación económico-financiera; III - parámetro de desempeño de servicio operativo; y IV - otros supuestos previstos en el contrato de concesión, excepto para parámetros de desempeño de mantenimiento, y demás regulaciones de la DELCON/COMAB aplicables a la concesionaria. Art. 55. La multa específica sobre infracciones relativas a parámetros de desempeño de conservación y parámetros de desempeño de servicio operacional podrá ser levantada por la DELCON, agotadas las medidas preventivas. Art. 56. La multa específica sobre infracciones relativas a obligaciones económico-financieras podrá ser levantada por la DELCON: I - para cada documento o instrumento económico-financiero; y II - para cada acción de fiscalización que constate inconformidad o conjunto de inconformidades sobre la condición financiera de la concesionaria.
---	--

Art. 57. O auto de infração de multa específica poderá ser lavrado pelo agente de fiscalização:

I - caso a concessionária não saneie a inconformidade após o esgotamento do prazo decorrente da aplicação de medida preventiva;

II - caso a concessionária incorra em inconformidade após esgotado o limite de lavratura de medida preventiva; ou

III - quando não couber aplicação de medida preventiva.

Art. 58. Cada ação de fiscalização poderá resultar na identificação de infrações autônomas, não se aplicando a regra da continuidade delitiva se observada a inconformidade em ações de fiscalização subsequentes.

§ 1º Considera-se continuidade delitiva as infrações enquadradas no mesmo dispositivo do Anexo II, e observadas na mesma ação de fiscalização.

§ 2º A individualização de infrações deverá considerar a natureza e autonomia material das condutas verificadas.

Art. 59. A multa específica será calculada, conforme art. 60 desta resolução, considerando:

I - a Receita Bruta Anual da concessionária, do exercício financeiro anterior à data do cometimento da infração (RBA);

II - as circunstâncias agravantes e atenuantes, constantes da Tabela 1 do Anexo I;

III - o Fator do Grupo de Infração (FGI), disposto na Tabela 2 do Anexo I.

§ 1º O fator consolidado de circunstâncias agravantes e atenuantes será calculado a partir da seguinte equação:

Art. 57. El acta de infracción de multa específica podrá ser levantada por el agente de fiscalización:

I - en caso de que la concesionaria no subsane la inconformidad tras el agotamiento del plazo derivado de la aplicación de medida preventiva;

II - en caso de que la concesionaria incurra en inconformidad tras agotado el límite de levantamiento de medida preventiva; o

III - cuando no proceda la aplicación de medida preventiva.

Art. 58. Cada acción de fiscalización podrá resultar en la identificación de infracciones autónomas, no aplicándose la regla de la continuidad delictiva si se observa la inconformidad en acciones de fiscalización subsequentes.

§ 1º Se considera continuidad delictiva las infracciones encuadradas en el mismo dispositivo del Anexo II, y observadas en la misma acción de fiscalización.

§ 2º La individualización de infracciones deberá considerar la naturaleza y autonomía material de las conductas verificadas.

Art. 59. La multa específica será calculada, conforme al art. 60 de esta resolución, considerando:

I - los Ingresos Brutos Anuales de la concesionaria, del ejercicio financiero anterior a la fecha de la comisión de la infracción (IBA);

II - las circunstancias agravantes y atenuantes, constantes en la Tabla 1 del Anexo I;

III - el Factor del Grupo de Infracción (FGI), dispuesto en la Tabla 2 del Anexo I.

§ 1º El factor consolidado de circunstancias agravantes y atenuantes será calculado a partir de la siguiente ecuación:

$$AGT = (\sum Agi) - (\sum Ati)$$

Donde:

$$AGT = (\sum Agi) - (\sum Ati)$$

Onde:

AGT = Fator consolidado de circunstâncias agravantes e atenuantes;

$\sum Agi$ = Soma dos fatores individuais de cada circunstância agravante identificada, conforme disposto na Tabela 1 do Anexo I;

$\sum Ati$ = Soma dos fatores individuais de cada circunstância atenuante identificada, conforme disposto na Tabela 1 do Anexo I.

Art. 60. O valor final da multa específica será obtido a partir da seguinte equação:

$$VFM = \left[RBA * \left(\frac{FGI}{100} \right) \right] * \left[1 + \left(\frac{AGT}{100} \right) \right]$$

Onde:

VFM = Valor final da multa específica, expresso em dólares estadunidense;

RBA = Receita Bruta Anual, do exercício financeiro anterior à data do cometimento da infração;

FGI = Fator do Grupo de Infração;

AGT = Fator consolidado de circunstâncias agravantes e atenuantes.

§ 1º. A aplicação do disposto neste artigo não afasta o dever da concessionária de sanear as inconformidades identificadas.

§ 2º A aplicação da metodologia prevista neste artigo deverá observar critérios de proporcionalidade em relação à gravidade da infração e aos seus efeitos sobre a adequada execução do contrato, previstos no Anexo I.

Subseção II Multa moratória

AGT = Factor consolidado de circunstancias agravantes y atenuantes;

$\sum Agi$ = Suma de los factores individuales de cada circunstancia agravante identificada, conforme a lo dispuesto en la Tabla 1 del Anexo I;

$\sum Ati$ = Suma de los factores individuales de cada circunstancia atenuante identificada, conforme a lo dispuesto en la Tabla 1 del Anexo I.

Art. 60. El valor final de la multa específica se obtendrá a partir de la siguiente ecuación:

$$VFM = \left[IBA * \left(\frac{FGI}{100} \right) \right] * \left[1 + \left(\frac{AGT}{100} \right) \right]$$

Donde:

VFM = Valor final de la multa específica, expresado en dólares estadounidenses;

IBA = Ingresos Brutos Anuales, del ejercicio financiero anterior a la fecha de la comisión de la infracción;

FGI = Factor del Grupo de Infracción;

AGT = Factor consolidado de circunstancias agravantes y atenuantes.

§ 1º. La aplicación de lo dispuesto en este artículo no exime el deber de la concesionaria de subsanar las inconformidades identificadas.

§ 2º La aplicación de la metodología prevista en este artículo deberá observar criterios de proporcionalidad respecto de la gravedad de la infracción y de sus efectos sobre la adecuada ejecución del contrato, previstos en el Adjunto I.

Subsección II Multa moratoria

Art. 61. La penalidad de multa moratoria podrá aplicarse cuando se configure la infracción relativa a:

I - parámetro de desempeño de mantenimiento;

II - obra obligatoria;

Art. 61. A penalidade de multa moratória poderá ser aplicada quando configurada a infração relativa a:

I - parâmetro de desempenho de manutenção;

II - obra obrigatória;

III - descumprimento de medida cautelar; e

IV - outras hipóteses previstas no contrato de concessão.

§ 1º Qualquer fração residual de hora ou de dia será considerada como hora ou dia completo, para fins de aplicação da multa moratória.

§ 2º A pena de multa moratória não será submetida à dosimetria.

§ 3º Na fiscalização de parâmetros de desempenho de conservação e de serviços operacionais, não será lavrado auto de infração para aplicação de multa moratória.

§ 4º Na hipótese de multa moratória, caso seja necessária a inspeção in loco, a contagem deverá ser suspensa a partir do envio de documentos pela concessionária referente ao saneamento da inconformidade até a data da inspeção.

Art. 62. A multa moratória sobre infrações relativas a obras obrigatórias poderá ser aplicada em caso de descumprimento de prazo, de escopo ou parâmetro técnico, ou divergência em relação a norma técnica ou ao projeto de engenharia aceito pela DELCON em relação à obra obrigatória.

§ 1º A multa moratória poderá ser lavrada pela DELCON para cada obra obrigatória com inexecução total ou parcial, observado o disposto neste Capítulo.

§ 2º A multa moratória será aplicada por mês de atraso, em caso de fração residual inferior, será feita a ponderação do valor mensal:

I - por quilômetro ou fração inferior, para obras lineares, tais como

III - incumprimento de medida cautelar; y

IV - outros supuestos previstos en el contrato de concesión.

§ 1º Cualquier fracción residual de hora o de día será considerada como hora o día completo, a efectos de aplicación de la multa moratoria.

§ 2º La pena de multa moratoria no será sometida a dosimetría.

§ 3º En la fiscalización de parámetros de desempeño de conservación y de servicios operacionales, no se levantará acta de infracción para la aplicación de multa moratoria.

§ 4º En el supuesto de multa moratoria, en caso de ser necesaria la inspección in loco, el cómputo deberá suspenderse desde el envío de documentos por la concesionaria referente a la subsanación de la inconformidad hasta la fecha de la inspección.

Art. 62. La multa moratoria sobre infracciones relativas a obras obligatorias podrá aplicarse en caso de incumplimiento de plazo, de alcance o parámetro técnico, o divergencia con relación a norma técnica o al proyecto de ingeniería aceptado por la DELCON con relación a la obra obligatoria.

§ 1º La multa moratoria podrá ser levantada por la DELCON para cada obra obligatoria con inexecución total o parcial, observado lo dispuesto en este Capítulo.

§ 2º La multa moratoria será aplicada por mes de atraso; en caso de fracción residual inferior, se hará la ponderación del valor mensual:]

I - por kilómetro o fracción inferior, para obras lineales, tales como duplicación, obra de mantenimiento de nivel de servicio, túnel, corrección de trazado, cableado, iluminación, carril adicional y vía marginal; y

II - por unidad, para obras no lineales, tales como edificio operativo, pasarela, paso inferior, punto de

duplicação, obra de manutenção de nível de serviço, túnel, correção de traçado, cabeamento, iluminação, faixa adicional e via marginal; e

II - por unidade, para obras não lineares, tais como edifício operacional, passarela, passagem inferior, ponto de parada de ônibus, retorno, interconexão e acesso.

§ 3º A multa moratória será calculada pela multiplicação de percentual sobre o valor de referência da obra obrigatória, proporcional à parcela não executada da obra, indicada na manifestação técnica da fiscalização, conforme inciso I do § 2º do art. 23:

Multa moratória/mês = Valor de referência da obra x Inexecução / 12

§ 4º A multa moratória prevista no § 3º será calculada pelo valor de referência da respectiva obra ou categoria de obra, da seguinte forma:

I - para obras previstas inicialmente no contrato de concessão: valores constantes do Modelo Econômico-Financeiro (MEF) que embasou os estudos da concessão; e

II - para obras não previstas inicialmente no contrato de concessão: valores constantes do orçamento do respectivo projeto de engenharia aceito.

§ 5º Para apuração da multa moratória, o valor de referência da obra que trata o § 4º será atualizado pelo Índice de Preços ao Consumidor dos Estados Unidos da América - todos os itens (Consumer Price Index - All Items- CPI) até o mês que antecede sua aplicação, empregando como data base para o cálculo aquela utilizada na fonte de origem.

§ 6º A contagem da multa moratória terá como:

I - termo inicial, o dia seguinte ao término do prazo previsto no contrato

parada de autobús, retorno, interconexión y acceso.

§ 3º La multa moratoria será calculada por la multiplicación de un porcentaje sobre el valor de referencia de la obra obligatoria, proporcional a la parcela no ejecutada de la obra, indicada en la manifestación técnica de la fiscalización, conforme al inciso I del § 2º del art. 23:

Multa moratoria/mes = Valor de referencia de la obra x Inejecución / 12

§ 4º La multa moratoria prevista en el § 3º será calculada por el valor de referencia de la respectiva obra o categoría de obra, de la siguiente forma:

I - para obras previstas inicialmente en el contrato de concesión: valores constantes del Modelo Económico-Financiero (MEF) que fundamentó los estudios de la concesión; y

II - para obras no previstas inicialmente en el contrato de concesión: valores constantes del presupuesto del respectivo proyecto de ingeniería aceptado.

§ 5º Para la determinación de la multa moratoria, el valor de referencia de la obra al que se refiere el § 4º será actualizado por el Índice de Precios al Consumidor de los Estados Unidos de América - todos los ítems (Consumer Price Index - All Items - CPI) hasta el mes anterior a su aplicación, empleando como fecha base para el cálculo aquella utilizada en la fuente de origen.

§ 6º El cómputo de la multa moratoria tendrá como:

I - término inicial, el día siguiente al término del plazo previsto en el contrato de concesión para la conclusión de la obra obligatoria; y

II - término final, la fecha de envío, por la concesionaria a la DELCON, de la comprobación de conclusión de la

de concessão para conclusão da obra obrigatória; e

II - termo final, a data de envio, pela concessionária à DELCON, de comprovação de conclusão da obra obrigatória para ateste pelo agente de fiscalização.

§ 7º A contagem de que trata o § 6º será interrompida em caso de reprogramação de obra, hipótese na qual a DELCON consolidará os valores apurados da multa moratória aplicada para fins de cobrança.

Art. 63. A multa moratória sobre infrações relativas a não atendimento de parâmetros de desempenho de manutenção poderá ser aplicada em caso de descumprimento de prazos estabelecidos para a adequação da frente de serviços estruturais aos parâmetros de desempenho previstos no PEC, indicados na manifestação técnica da fiscalização, conforme o § 1º do art. 29, sujeitando-se a aplicação da multa individualmente por parâmetro não atendido no prazo.

§ 1º A multa moratória será calculada pela multiplicação da Receita Bruta Anual, auferida no ano calendário anterior à data de ocorrência do fato que ensejou a aplicação da penalidade pelo percentual de desatendimento do respectivo parâmetro de desempenho.

Multa moratória/mês = Receita Bruta Anual x desatendimento parâmetro / 12

§ 2º A multa moratória será aplicada por mês de atraso, em caso de fração residual inferior, será feita a ponderação do valor mensal.

Art. 64. Poderá ser aplicada multa moratória em caso de não pagamento da taxa de regulação da COMAB, ou da parcela fixa de outorga devida,

obra obrigatória para verificación por el agente de fiscalización.

§ 7º El cómputo al que se refiere el § 6º será interrumpido en caso de reprogramación de obra, supuesto en el cual la DELCON consolidará los valores determinados de la multa moratoria aplicada a efectos de cobro.

Art. 63. La multa moratoria sobre infracciones relativas al no cumplimiento de parámetros de desempeño de mantenimiento podrá aplicarse en caso de incumplimiento de los plazos establecidos para la adecuación del frente de servicios estructurales a los parámetros de desempeño previstos en el PEC, indicados en la manifestación técnica de la fiscalización, conforme al § 1º del art. 29, sujetándose a la aplicación de la multa individualmente por parámetro no atendido en el plazo.

§ 1º La multa moratoria será calculada mediante la multiplicación de los Ingresos Brutos Anuales, obtenidos en el año calendario anterior a la fecha de ocurrencia del hecho que dio lugar a la aplicación de la penalidad, por el porcentaje de incumplimiento del respectivo parámetro de desempeño.

Multa moratoria/mes = Ingresos Brutos Anuales x incumplimiento parámetro / 12

§ 2º La multa moratoria será aplicada por mes de atraso, en caso de fracción residual inferior, se hará la ponderación del valor mensual.

Art. 64. Podrá aplicarse multa moratoria en caso de no pago de la tasa de regulación de la COMAB, o del canon fijo de, tratadas en las subcláusulas 12.9 y 13.3 del Contrato de concesión.

§ 1º Por cada día de atraso se añadirá un porcentaje del 1,0% (uno por ciento) al valor original.

§ 2º El porcentaje de incremento relativo al incumplimiento será

tratadas nas subcláusulas 12.9 e 13.3 do Contrato de concessão.

§ 1º A cada dia de atraso será acrescido um percentual de 1,0% (um por cento) ao valor original.

§ 2º O percentual de acréscimo relativo ao inadimplemento será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Acréscimo} = P \times (1 + r)^d - P$$

P : Valor da taxa de regulação ou da outorga que deixou de ser paga no período.

r: multa percentual diária aplicada ao valor *P* por cada dia de atraso.

d: número de dias de inadimplência.

Art. 65. A multa moratória sobre infrações de cunho econômico-financeiro, poderá ser aplicada em caso de descumprimentos tratados na cláusula 21.2 do Contrato de concessão.

Multa Moratória	
Não manutenção das garantias conforme previsto no Contrato , sem prejuízo da instauração do processo de caducidade.	0,025% por dia
Deixar de contratar ou não manter vigentes, ao longo da execução do Contrato , as apólices de seguros exigidas.	0,025% por dia
Reduzir o capital social da SPE abaixo dos valores especificados sem prévia e expressa autorização da COMAB ou deixar de aumentar o valor nos termos da cláusula 24 do contrato.	0,025% por dia

Parágrafo único: Os valores das multas serão calculados com base em percentual relativo à Receita Bruta Auferida no ano calendário anterior à data de ocorrência do fato que ensejou a aplicação da penalidade.

Art. 66. A penalidade de multa moratória não será convertida em advertência.

Subseção III Dolo por parte de administrador ou controlador

calculado de acuerdo con la siguiente fórmula:

$$\text{Incremento} = P \times (1 + r)^d - P$$

P : Valor de la tasa de regulación o del canon que dejó de pagarse en el período.

r : multa porcentual diaria aplicada al valor *P* por cada día de atraso.

d : número de días de morosidad.

Art. 65. La multa moratoria sobre infracciones de carácter económico-financiero podrá aplicarse en caso de incumplimientos tratados en la cláusula 21.2 del Contrato de concesión.

Multa Moratória	
No mantenimiento de las garantías conforme a lo previsto en el Contrato , sin perjuicio de la incoación del proceso de caducidad.	0,025% por día
No contratar o no mantener vigentes, durante la ejecución del Contrato , las pólizas de seguros exigidas.	0,025% por día
Reducir el capital social de la SPE por debajo de los valores especificados sin previa y expresa autorización de la COMAB o no aumentar el valor en los términos de la cláusula 24 del contrato.	0,025% por día

Parágrafo único: Los valores de las multas serán calculados con base en un porcentaje relativo a los Ingresos Brutos Percibidos en el año calendario anterior a la fecha de ocurrencia del hecho que dio lugar a la aplicación de la penalidad.

Art. 66. La penalidad de multa moratoria no será convertida en advertencia.

Subsección III Dolo por parte de administrador o controlador

Art. 67. Se aplicará multa específica por el valor de 1% (uno por ciento) a 20% (veinte por ciento) de la multa aplicada a la concesionaria al administrador o controlador que haya actuado con dolo en la comisión de la infracción.

Art. 67. Será aplicada multa específica no valor de 1% (um por cento) a 20% (vinte por cento) da multa aplicada à concessionária ao administrador ou controlador que tiver agido com dolo no cometimento da infração.

§ 1º Se o controlador da concessionária for pessoa jurídica, aplica-se disposto no caput aos seus dirigentes ou administradores.

§ 2º Sendo aplicada advertência à concessionária, a base de cálculo da multa específica aplicada ao administrador ou controlador na forma do caput será o equivalente à multa que, em tese, caberia em razão da mesma infração.

§ 3º Sendo aplicada multa moratória à concessionária, a base de cálculo da multa específica aplicada ao administrador ou controlador na forma do caput será o saldo final da multa moratória.

§ 4º Caso ocorra a troca de controle societário, permanecerá responsabilização pessoal dos administradores que tenham, antes das operações, incorrido em culpa ou dolo na prática de infrações previstas nessa resolução, contrato ou em outras normas jurídicas.

§ 5º A culpabilidade do administrador ou controlador será apurada nos autos do processo administrativo sancionador.

Subseção IV Disposições comuns

Art. 68. O valor final da multa, específica ou moratória, será corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor dos Estados Unidos da América - todos os itens (Consumer Price Index - All Items - CPI), desde o trânsito em julgado até seu pagamento.

Parágrafo único: O valor da multa moratória será consolidado

§ 1º Si el controlador de la concesionaria fuera persona jurídica, se aplica lo dispuesto en el caput a sus directivos o administradores.

§ 2º Si se aplicara advertencia a la concesionaria, la base de cálculo de la multa específica aplicada al administrador o controlador en la forma del caput será el equivalente a la multa que, en tesis, correspondería en razón de la misma infracción.

§ 3º Si se aplicara multa moratoria a la concesionaria, la base de cálculo de la multa específica aplicada al administrador o controlador en la forma del caput será el saldo final de la multa moratoria.

§ 4º En caso de que ocurra el cambio de control societario, subsistirá la responsabilidad personal de los administradores que, antes de las operaciones, hayan incurrido en culpa o dolo en la práctica de infracciones previstas en esta resolución, en el contrato o en otras normas jurídicas.

§ 5º La culpabilidad del administrador o controlador será determinada en los autos del proceso administrativo sancionador.

Subsección IV Disposiciones comunes

Art. 68. El valor final de la multa, específica o moratoria, será actualizado por el Índice de Precios al Consumidor de los Estados Unidos de América - todos los ítems (Consumer Price Index - All Items - CPI), desde que quede firme hasta su pago.

Párrafo único: El valor de la multa moratoria será consolidado anualmente después del cierre del ciclo de la fiscalización, siendo entonces remitido para efectos de cobro.

Art. 69. Sobre el valor de la multa correspondiente a la infracción cometida, en el ámbito del proceso

anualmente após o encerramento do ciclo da fiscalização, sendo então enviado para fins de cobrança. Art. 69. Sobre o valor da multa correspondente à infração cometida, no âmbito do processo administrativo sancionador, será concedido desconto de: I - 40% (quarenta por cento), caso a concessionária reconheça o cometimento da infração em manifestação apresentada no prazo da defesa prévia e efetue o pagamento espontâneo da multa no prazo de trinta dias após notificação da DELCON; e II - 20% (vinte por cento), caso a concessionária renuncie ao direito de apresentar recurso e efetue o pagamento espontâneo da multa no prazo de trinta dias contado da notificação da decisão de primeira instância. Art. 70. O parcelamento de débitos para quitação de multas aplicadas observará o disposto em regulamentação específica. Seção IV Declaração de inidoneidade Art. 71. A pena de declaração de inidoneidade: I - será aplicada a quem tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos de licitação ou a execução de contrato de concessão; e II - poderá ser aplicada a empresa ou consórcio licitante, concessionária ou controlador. Parágrafo único. A pena de declaração de inidoneidade impedirá o responsável de licitar ou contratar com o Poder Público pelo prazo de cinco anos.	administrativo sancionador, se concederá desconto de: I - 40% (cuarenta por ciento), en caso de que la concesionaria reconozca la comisión de la infracción en una manifestación presentada dentro del plazo de la defensa previa y efectúe el pago espontáneo de la multa en el plazo de treinta días tras la notificación de la DELCON; y II - 20% (veinte por ciento), en caso de que la concesionaria renuncie al derecho de presentar recurso y efectúe el pago espontáneo de la multa en el plazo de treinta días contado desde la notificación de la decisión de primera instancia. Art. 70. El fraccionamiento de débitos para la cancelación de multas aplicadas observará lo dispuesto en reglamentación específica. Sección IV Declaración de inidoneidad Art. 71. La pena de declaración de inidoneidad: I - será aplicada a quien haya practicado actos ilícitos con el objetivo de frustrar los objetivos de la licitación o la ejecución del contrato de concesión; y II - podrá ser aplicada a empresa o consorcio licitante, concesionaria o controlador. Párrafo único. La pena de declaración de inidoneidad impedirá al responsable licitar o contratar con el Poder Público por el plazo de cinco años.
CAPÍTULO IX DENÚNCIA ESPONTÂNEA	CAPÍTULO IX DENUNCIA ESPONTÁNEA

Art. 72. A concessionária poderá, antes da realização de qualquer ação de fiscalização pela DELCON, apresentar denúncia espontânea, indicando a ocorrência de inconformidade e a adoção de medidas efetivas e imediatas voltadas ao seu saneamento.

§ 1º A denúncia espontânea constitui ato unilateral da concessionária que independe de aceitação pela DELCON.

§ 2º Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo sancionatório ou ação de fiscalização relacionado com a infração.

§ 3º É vedada a apresentação de denúncia espontânea:

I - referente à inconformidade que já tenha sido objeto de denúncia espontânea; e

II - relativa à inconformidade sobre obras obrigatórias e sobre parâmetros de desempenho nos trinta dias que antecederem o término do ano-concessão.

Art. 73. Apresentada a denúncia espontânea, a concessionária deverá demonstrar o saneamento da irregularidade em até:

I - três meses, para infrações relativas a obras obrigatórias;

II - três meses, para infrações relativas a parâmetros de desempenho de manutenção da infraestrutura;

III - cinco dias, para infrações relativas a parâmetros de desempenho de conservação da infraestrutura;

IV - um mês, para infrações relativas a parâmetros de desempenho dos serviços operacionais;

V - um mês, para infrações relativas a obrigações econômico-financeiras; e

Art. 72. La concesionaria podrá, antes de la realización de cualquier acción de fiscalización por la DELCON, presentar denuncia espontánea, indicando la ocurrencia de inconformidad y la adopción de medidas efectivas e inmediatas dirigidas a su subsanación.

§ 1º La denuncia espontánea constituye un acto unilateral de la concesionaria que no depende de aceptación por la DELCON.

§ 2º No se considera espontánea la denuncia presentada después del inicio de cualquier procedimiento administrativo sancionador o acción de fiscalización relacionada con la infracción.

§ 3º Está prohibida la presentación de denuncia espontánea:

I - referente a la inconformidad que ya haya sido objeto de denuncia espontánea; y

II - relativa a la inconformidad sobre obras obligatorias y sobre parámetros de desempeño en los treinta días anteriores al término del año-concesión.

Art. 73. Presentada la denuncia espontánea, la concesionaria deberá demostrar la subsanación de la irregularidad en hasta:

I - tres meses, para infracciones relativas a obras obligatorias;

II - tres meses, para infracciones relativas a parámetros de desempeño de mantenimiento de la infraestructura;

III - cinco días, para infracciones relativas a parámetros de desempeño de conservación de la infraestructura;

IV - un mes, para infracciones relativas a parámetros de desempeño de los servicios operativos;

V - un mes, para infracciones relativas a obligaciones económico-financieras; y

VI - el plazo establecido por la DELCON, para infracciones relativas a otras obligaciones.

VI - o prazo estabelecido assinado pela DELCON, para infrações relativas a outras obrigações. Parágrafo único. No mesmo prazo previsto no caput, a concessionária deverá apresentar plano para evitar reincidência na inconformidade de mesma natureza. Art. 74. O acompanhamento do saneamento do descumprimento de obrigação contratual indicado em denúncia espontânea será de competência da DELCON. Parágrafo único. Superado o prazo sem saneamento da inconformidade, o agente de fiscalização adotará as medidas cabíveis. Art. 75. A apresentação de denúncia espontânea pela concessionária terá os seguintes efeitos: I - exclui a responsabilidade da concessionária, quanto a sofrer penalidades, caso cumpridas as condicionantes de que trata o art. 72; e II - configura assunção de responsabilidade e renúncia ao direito de defesa e de recurso, em caso de não saneamento da inconformidade, desde que o não saneamento e suas consequências estejam diretamente ligados aos fatos constantes da denúncia. Parágrafo único. A apresentação de denúncia espontânea não obsta a aplicação de mecanismo de preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.	Párrafo único. En el mismo plazo previsto en el caput, la concesionaria deberá presentar un plan para evitar la reincidencia en la inconformidad de la misma naturaleza. Art. 74. El seguimiento de la subsanación del incumplimiento de obligación contractual indicado en denuncia espontánea será competencia de la DELCON. Párrafo único. Transcurrido el plazo sin subsanación de la inconformidad, el agente de fiscalización adoptará las medidas correspondientes. Art. 75. La presentación de denuncia espontánea por la concesionaria tendrá los siguientes efectos: I - excluye la responsabilidad de la concesionaria, en cuanto a sufrir penalidades, en caso de que se cumplan las condicionantes de que trata el art. 72; y II - configura asunción de responsabilidad y renuncia al derecho de defensa y de recurso, en caso de no subsanación de la inconformidad, siempre que la no subsanación y sus consecuencias estén directamente vinculadas a los hechos constantes de la denuncia. Párrafo único. La presentación de denuncia espontánea no impide la aplicación de mecanismos de preservación del equilibrio económico-financiero del contrato de concesión.
CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS Art. 76. O disposto na presente norma aplica-se ao contrato de concessão já celebrado, resguardada a prevalência das disposições contratuais específicas. Art. 77. Eventuais novas obrigações contratuais e regulatórias para as	CAPÍTULO X DISPOSICIONES FINALES Y TRANSITORIAS Art. 76. Lo dispuesto en la presente norma se aplica al contrato de concesión ya celebrado, quedando resguardada la prevalencia de las disposiciones contractuales específicas.

quais este Regulamento não preveja disciplina fiscalizatória específica poderão ser submetidas à fiscalização e à aplicação de penalidades e demais instrumentos regulatórios e contratuais mediante ação de fiscalização extraordinária. Art. 78. Caso necessário, a seu critério, a COMAB possibilitará a entrega de dados por outros meios digitais disponíveis, conforme disposto em ato específico, sem prejuízo do envio posterior por meio do sistema informatizado indicado pela DELCON. Parágrafo único. A utilização de meios alternativos deverá preservar a autenticidade, integridade e rastreabilidade da informação remetida. Art. 79. A cada 5 (cinco) anos, as disposições desta norma poderão ser reavaliadas pela DELCON e COMAB com o intuito de verificar eventuais necessidades de atualizações ou ajustes à luz da experiência adquirida ao longo da gestão e fiscalização contratual, edição de novas normas ou outros fatos relevantes. Parágrafo único. A revisão considerará a experiência acumulada na aplicação da norma, a evolução do contrato de concessão e as melhores práticas regulatórias aplicáveis.	Art. 77. Eventuales nuevas obligaciones contractuales y regulatorias para las cuales este Reglamento no prevea disciplina fiscalizadora específica podrán ser sometidas a fiscalización y a la aplicación de penalidades y demás instrumentos regulatorios y contractuales mediante acción de fiscalización extraordinaria. Art. 78. En caso necesario, a su criterio, la COMAB posibilitará la entrega de datos por otros medios digitales disponibles, conforme a lo dispuesto en acto específico, sin perjuicio del envío posterior por medio del sistema informatizado indicado por la DELCON. Parágrafo único. La utilización de medios alternativos deberá preservar la autenticidad, integridad y trazabilidad de la información remitida. Art.79. Cada 5 (cinco) años, las disposiciones de esta norma podrán ser reevaluadas por la DELCON y la COMAB con el fin de verificar eventuales necesidades de actualizaciones o ajustes a la luz de la experiencia adquirida durante la gestión y fiscalización contractual, la edición de nuevas normas u otros hechos relevantes. Parágrafo único. La revisión considerará la experiencia acumulada en la aplicación de la norma, la evolución del contrato de concesión y las mejores prácticas regulatorias aplicables.
Viviane Esse Presidente da COMAB Ricardo Botana	Viviane Esse Presidenta de la COMAB Ricardo Botana

Secretário da COMAB	Secretario de la COMAB
Ministério das Relações Exteriores do Brasil	Ministerio de Relaciones Exteriores de Brasil
Ministério das Relações Exteriores, Culto e Comércio Internacional da Argentina	Ministerio de Relaciones Exteriores, Culto y Comercio Internacional de Argentina

Foz do Iguaçu, PR, 01 de julho de 2026

Foz de Iguazú, PR, 01 de julio de 2026

ANEXO I - FATORES DE GRUPO DE INFRAÇÃO E CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES E ATENUANTES				ANEXO I - FACTORES DE GRUPO DE INFRACCIÓN Y CIRCUNSTANCIAS AGRAVANTES Y ATENUANTES			
Tabela 1: FATORES DE GRUPO DE INFRAÇÃO (FGI)				Tabla 1: FACTORES DE GRUPO DE INFRACCIÓN (FGI)			
Fatores de Grupo de Infração		FGI		Factores de Grupo de infracción		FGI	
Grupo 1		0,10		Grupo 1		0,10	
Grupo 2		0,20		Grupo 2		0,20	
Grupo 3		0,30		Grupo 3		0,30	
Tabela 2: CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES E ATENUANTES				Tabla 2: CIRCUNSTANCIAS AGRAVANTES Y ATENUANTES			
Tipo	Circunstâncias	Circunstancias		Código	Factores		
Agravantes	Reincidência	Reincidencia		Ag 1	1,60		
	Materialização de infração que tenha sido objeto de prévio alerta de potencial inconformidade lavrado pelo agente de fiscalização	Materialización de infracción que haya sido objeto de previa alerta de potencial inconformidad labrada por el agente de fiscalización		Ag 2	1,60		
	Materialização de infração que foi objeto de plano de denúncia espontânea apresentado nos últimos três anos	Materialización de infracción que fue objeto de plan de denuncia espontánea presentado en los últimos tres años		Ag 3	1,60		
	Infração decorrente de não saneamento de inconformidade no prazo concedido por termo de registro de ocorrência	Infracción derivada de no subsanación de inconformidad en el plazo concedido por acta de registro de ocurrencia		Ag 4	1,60		
	Concomitância de inconformidades do mesmo grupo de infração, conforme	Concomitancia de inconformidades del mismo grupo de infracción, conforme		Ag 5	0,80		

	Anexo II, na mesma ação de fiscalização	al Anexo II, en la misma acción de fiscalización		
	Atraso na entrega de documento, dado ou informação	Retraso en la entrega de documento, dato o información	Ag 6	1,60
Atenuantes	Primariedade, consistente na inexistência de infrações com mesmo fato gerador definitivamente julgadas nos três anos anteriores	Primariedad, consistente en la inexistencia de infracciones con mismo hecho generador definitivamente juzgadas en los tres años anteriores	At 1	3,20
	Reparação total do dano ao serviço e ao usuário até o julgamento em primeira instância	Reparación total del daño al servicio y al usuario hasta el juzgamiento en primera instancia	At 2	3,20
	Infração cometida em acostamento, canteiro central ou faixa de domínio sem comprometimento à segurança viária	Infracción cometida en banquina, cantero central o franja de dominio sin compromiso a la seguridad vial	At 3	2,40

ANEXO II - DESCRIÇÃO DAS INFRAÇÕES	ANEXO II - DESCRIPCIÓN DE LAS INFRACCIONES
Frente de Investimentos e Obras Art. 1º. Constituem infrações relativas à Frente de Investimentos e Obras, sujeitas à imposição da penalidade de multa moratória: I - Deixar de cumprir os prazos estabelecidos para os investimentos e obras na Ponte e Acessos rodoviários e nos pátios e vias do CUF previstos na Tabela 10 do PEC (Ítems 4.3.1.1 e 4.3.1.2 do PEC); e II – Deixar de cumprir os prazos estabelecidos para os investimentos e obras nas edificações e instalações do CUF e entregas de Veículos de Fiscalização da DELCON/COMAB previstos na Tabela 12 do PEC (ítems 4.3.1.3 e 4.3.2 do PEC). Art. 2º. Constituem infrações relativas à Frente de Investimentos e Obras, sujeitas à imposição da penalidade de multa específica de grupo 1: I - Iniciar obra obrigatória sem autorização da DELCON; e II - Deixar de adotar as providências necessárias durante a execução de obras ou serviços, tais como: implantar placa indicativa com breve descrição da obra, responsável técnico e logomarca da DELCON/COMAB e da concessionária, manter no local da obra projeto executivo, cópia de anotação de responsabilidade técnica, licenças e demais autorizações governamentais. Art. 3º. Constituem infrações relativas à Frente de Investimentos e Obras, sujeitas à imposição da penalidade de multa específica de grupo 3: I - Descumprir escopo ou parâmetro técnico previsto no contrato de concessão; ou executar obra obrigatória com divergência em	Frente de Inversiones y Obras Art. 1º. Constituyen infracciones relativas a la Frente de Inversiones y Obras, sujetas a la imposición de la penalidad de multa moratoria: I - No cumplir los plazos establecidos para las inversiones y obras en el Puente y Accesos viales y en los patios y vías del CUF previstos en la Tabla 10 del PEC (Ítems 4.3.1.1 y 4.3.1.2 del PEC); y II – No cumplir los plazos establecidos para las inversiones y obras en las edificaciones e instalaciones del CUF y entregas de Vehículos de Fiscalización de la DELCON/COMAB previstos en la Tabla 12 del PEC (ítems 4.3.1.3 y 4.3.2 del PEC). Art. 2º. Constituyen infracciones relativas a la Frente de Inversiones y Obras, sujetas a la imposición de la penalidad de multa específica de grupo 1: I - Iniciar obra obligatoria sin autorización de la DELCON; y II - No adoptar las medidas necesarias durante la ejecución de obras o servicios, tales como: instalar cartel indicativo con breve descripción de la obra, responsable técnico y logotipo de la DELCON/COMAB y de la concesionaria, mantener en el lugar de la obra el proyecto ejecutivo, copia de anotación de responsabilidad técnica, licencias y demás autorizaciones gubernamentales. Art. 3º. Constituyen infracciones relativas a la Frente de Inversiones y Obras, sujetas a la imposición de la penalidad de multa específica de grupo 3: I - Incumplir el alcance o parámetro técnico previsto en el contrato de concesión; o ejecutar obra obligatoria con divergencia respecto a norma técnica, o proyecto de ingeniería

relação a norma técnica, ou projeto de engenharia aceito pela DELCON, ainda que a obra tenha sido liberada ao tráfego ou ao uso.	aceptado por la DELCON, aunque la obra haya sido liberada al tránsito o al uso.
Frente de Serviços Estruturais Art. 4º. Constituem infrações relativa à Frente de Serviços Estruturais, sujeitas à imposição da penalidade de multa moratória: I - Deixar de cumprir os prazos estabelecidos para a adequação dos pavimentos aos parâmetros de desempenho previstos na Tabela 2 do PEC, sujeitando-se a aplicação da multa individualmente por parâmetro não atendido no prazo (Item 4.2.1 do PEC); II - Deixar de cumprir os prazos estabelecidos para a adequação da sinalização e elementos de segurança viária aos parâmetros de desempenho previstos na Tabela 3 do PEC, sujeitando-se a aplicação da multa individualmente por parâmetro não atendido no prazo (Item 4.2.2); III - Deixar de cumprir os prazos estabelecidos para a adequação das obras de arte especiais (OAEs) aos parâmetros de desempenho previstos na Tabela 4 do PEC, sujeitando-se a aplicação da multa individualmente por parâmetro não atendido no prazo (Item 4.2.3 do PEC); IV - Deixar de cumprir os prazos estabelecidos para a adequação do sistema de drenagem e obras de arte correntes (OACs) aos parâmetros de desempenho previstos na Tabela 5 do PEC, sujeitando-se a aplicação da multa individualmente por parâmetro não atendido no prazo (Item 4.2.4 do PEC); V – Deixar de cumprir os prazos estabelecidos para a adequação dos terraplenos e estruturas de contenção aos parâmetros de desempenho previstos na Tabela 6 do PEC, sujeitando-se a aplicação da multa individualmente por parâmetro não atendido no prazo (Item 4.2.5);	Frente de Servicios Estructurales Art. 4º. Constituyen infracciones relativas a la Frente de Servicios Estructurales, sujetas a la imposición de la penalidad de multa moratoria: I - No cumplir los plazos establecidos para la adecuación de los pavimentos a los parámetros de desempeño previstos en la Tabla 2 del PEC, aplicándose la multa individualmente por cada parámetro no atendido en el plazo (Ítem 4.2.1 del PEC); II - No cumplir los plazos establecidos para la adecuación de la señalización y elementos de seguridad vial a los parámetros de desempeño previstos en la Tabla 3 del PEC, aplicándose la multa individualmente por cada parámetro no atendido en el plazo (Ítem 4.2.2); III - No cumplir los plazos establecidos para la adecuación de las obras de arte especiales (OAEs) a los parámetros de desempeño previstos en la Tabla 4 del PEC, aplicándose la multa individualmente por cada parámetro no atendido en el plazo (Ítem 4.2.3 del PEC); IV - No cumplir los plazos establecidos para la adecuación del sistema de drenaje y obras de arte corrientes (OACs) a los parámetros de desempeño previstos en la Tabla 5 del PEC, aplicándose la multa individualmente por cada parámetro no atendido en el plazo (Ítem 4.2.4 del PEC); V – No cumplir los plazos establecidos para la adecuación de los terraplenes y estructuras de contención a los parámetros de desempeño previstos en la Tabla 6 del PEC, aplicándose la multa individualmente por cada parámetro no atendido en el plazo (Ítem 4.2.5);

VI - Deixar de cumprir os prazos estabelecidos para a adequação das áreas verdes, canteiro central e faixa de domínio previstos na Tabela 7 do PEC, sujeitando-se a aplicação da multa individualmente por parâmetro não atendido no prazo (Item 4.2.6 do PEC); VII - Deixar de cumprir os prazos estabelecidos para a implantação e recuperação de edificações e instalações operacionais previstos na Tabela 8 do PEC, sujeitando-se a aplicação da multa individualmente por parâmetro não atendido no prazo (Item 4.2.7 do PEC); e VIII - Deixar de cumprir os prazos estabelecidos para a adequação dos sistemas elétricos e de iluminação previstos na Tabela 9 do PEC, sujeitando-se a aplicação da multa individualmente por parâmetro não atendido no prazo (Item 4.2.8 do PEC). Art. 5º. Constituem infrações relativas à Frente de Serviços Estruturais, sujeitas à imposição da penalidade de multa específica de grupo 1: I - Deixar de atualizar ou atualizar de forma incompleta, anualmente, o mapeamento e a classificação da criticidade de terraplenos e contenções, conforme preconizado em norma aplicável, em Baixo (R1), Moderado (R2), Alto (R3) e Muito Alto (R4) (Item 4.2.5).	VI - No cumplir los plazos establecidos para la adecuación de las áreas verdes, cantero central y faja de dominio previstos en la Tabla 7 del PEC, aplicándose la multa individualmente por cada parámetro no atendido en el plazo (Ítem 4.2.6 del PEC); VII - No cumplir los plazos establecidos para la implantación y recuperación de edificaciones e instalaciones operativas previstos en la Tabla 8 del PEC, aplicándose la multa individualmente por cada parámetro no atendido en el plazo (Ítem 4.2.7 del PEC); y VIII - No cumplir los plazos establecidos para la adecuación de los sistemas eléctricos y de iluminación previstos en la Tabla 9 del PEC, aplicándose la multa individualmente por cada parámetro no atendido en el plazo (Ítem 4.2.8 del PEC). Art. 5º. Constituyen infracciones relativas a la Frente de Servicios Estructurales, sujetas a la imposición de la penalidad de multa específica de grupo 1: I - No actualizar o actualizar de forma incompleta, anualmente, el mapeo y la clasificación de la criticidad de terraplenes y contenciones, conforme a lo establecido en norma aplicable, en Bajo (R1), Moderado (R2), Alto (R3) y Muy Alto (R4) (Ítem 4.2.5).
Frente de Conservação Art. 6º. Constituem infrações relativas à frente de conservação, de grupo 1, sujeitas à imposição da penalidade de multa específica: I - Deixar de realizar, em até 72 horas a contar da ciência da concessionária, ações corretivas em obras de arte especiais, incluindo pontes, viadutos, passagens superiores e inferiores, passagens subterrâneas e passarelas, devendo abranger, em especial, os serviços listados no item 4.4.3 do PEC;	Frente de Conservación Art. 6º. Constituyen infracciones relativas a la frente de conservación, de grupo 1, sujetas a la imposición de la penalidad de multa específica: I - No realizar, en un plazo de hasta 72 horas a contar desde el conocimiento de la concesionaria, acciones correctivas en obras de arte especiales, incluyendo puentes, viaductos, pasos superiores e inferiores, pasos subterráneos y pasarelas, debiendo abarcar, en

II - Deixar de realizar, em até 72 horas a contar da ciência da concessionária, ações corretivas para conservação do sistema de drenagem e das OACs da Rodovia, devendo abranger, em especial os serviços listados no item 4.4.4 do PEC; III - Deixar de realizar, em até 72 horas a contar da ciência da concessionária, ações corretivas para conservação dos canteiros centrais e da faixa de domínio, em especial os serviços listados no item 4.4.6 do PEC; IV - Deixar de realizar, em até 72 horas a contar da ciência da concessionária, ações corretivas para reparo e conservação rotineira dos elementos componentes das edificações e instalações operacionais que compõem os bens da concessão e seus respectivos equipamentos, em especial os serviços listados no item 4.4.7 do PEC; V - Deixar de realizar, em até 72 horas a contar da ciência da concessionária, ações corretivas para conservação rotineira dos sistemas elétricos e ligados à funcionalidade do Complexo (excluindo as linhas de alta e baixa tensão sob responsabilidade das companhias de energia comercial) e de iluminação do Complexo, em especial os serviços listados no item 4.4.8 do PEC; e VI - Deixar de realizar, em até 72 horas a contar da ciência da concessionária, ações corretivas para conservação rotineira dos sistemas hidrossanitários do Complexo incluindo reservatórios, redes de água, redes de esgoto, instalações de tratamento de água e esgoto, em	especial, los servicios listados en el ítem 4.4.3 del PEC; II - No realizar, en un plazo de hasta 72 horas a contar desde el conocimiento de la concesionaria, acciones correctivas para la conservación del sistema de drenaje y de las OACs de la Carretera, debiendo abarcar, en especial, los servicios listados en el ítem 4.4.4 del PEC; III - No realizar, en un plazo de hasta 72 horas a contar desde el conocimiento de la concesionaria, acciones correctivas para la conservación de los canteros centrales y de la faja de dominio, en especial los servicios listados en el ítem 4.4.6 del PEC; IV - No realizar, en un plazo de hasta 72 horas a contar desde el conocimiento de la concesionaria, acciones correctivas para la reparación y conservación rutinaria de los elementos componentes de las edificaciones e instalaciones operativas que componen los bienes de la concesión y sus respectivos equipos, en especial los servicios listados en el ítem 4.4.7 del PEC; V - No realizar, en un plazo de hasta 72 horas a contar desde el conocimiento de la concesionaria, acciones correctivas para la conservación rutinaria de los sistemas eléctricos y vinculados a la funcionalidad del Complejo (excluyendo las líneas de alta y baja tensión bajo responsabilidad de las compañías de energía comercial) y de iluminación del Complejo, en especial los servicios listados en el ítem 4.4.8 del PEC; y VI - No realizar, en un plazo de hasta 72 horas a contar desde el conocimiento de la concesionaria, acciones correctivas para la conservación rutinaria de los sistemas hidrosanitarios del Complejo, incluyendo reservorios, redes de
---	---

especial os serviços listados no item 4.4.9 do PEC.

Art. 7º. Constituem infrações relativas à frente de conservação, de **grupo 2**, sujeitas à imposição da penalidade de **multa específica**:

I - Deixar pavimento flexível, inclusive acostamento, com defeitos do tipo buracos e placas, em até 24 horas, a contar da ciência da concessionária, e em até 72 horas, a contar da ciência da concessionária, juntas sem selagem, ondulações, escorregamentos e áreas exsudadas, identificados visualmente como em desacordo com o contrato de concessão, respeitadas as tolerâncias das frentes de Trabalhos Iniciais e Recuperação, devendo abranger, em especial, os serviços listados no item 4.4.1 do PEC;

II - Deixar pavimento rígido com defeitos do tipo alçamento de placa, fissura de canto, placa dividida (rompida), escalonamento ou degrau, placa bailarina, quebras localizadas ou passagem de nível, em até 48 horas a contar da ciência da concessionária, devendo abranger, em especial, os serviços listados no item 4.4.1 do PEC;

III – Deixar de realizar, em até 72 horas a contar da ciência da concessionária, ações corretivas na sinalização horizontal, vertical e aérea, incluindo tachas e tachões retrorrefletivos, balizadores e delineadores, e dos dispositivos de segurança, tais como defensas metálicas, barreiras de concreto, dispositivos antiofuscantes e atenuadores de impacto, devendo abranger, em especial, os serviços listados no item 4.4.2 do PEC; e

agua, redes de alcantarillado, instalaciones de tratamiento de agua y alcantarillado, en especial los servicios listados en el ítem 4.4.9 del PEC.

Art. 7º. Constituyen infracciones relativas a la frente de conservación, de **grupo 2**, sujetas a la imposición de la penalidad de **multa específica**:

I - Dejar pavimento flexible, incluido el arcén, con defectos del tipo baches y pozos, en un plazo de hasta 24 horas, a contar desde el conocimiento de la concesionaria, y en un plazo de hasta 72 horas, a contar desde el conocimiento de la concesionaria, juntas sin sellado, ondulaciones, deslizamientos y áreas exudadas, identificados visualmente como en desacuerdo con el contrato de concesión, respetadas las tolerancias de las frentes de Trabajos Iniciales y Recuperación, debiendo abarcar, en especial, los servicios listados en el ítem 4.4.1 del PEC;

II - Dejar pavimento rígido con defectos del tipo levantamiento de losa, fisura de esquina, losa dividida (rota), escalonamiento o desnivel, losa basculante, roturas localizadas o paso a nivel, en un plazo de hasta 48 horas a contar desde el conocimiento de la concesionaria, debiendo abarcar, en especial, los servicios listados en el ítem 4.4.1 del PEC;

III – No realizar, en un plazo de hasta 72 horas a contar desde el conocimiento de la concesionaria, acciones correctivas en la señalización horizontal, vertical y aérea, incluyendo tachas y tachones retrorrefletivos, balizas y delineadores, y de los dispositivos de seguridad, tales como defensas metálicas, barreras de concreto, dispositivos anti-deslumbramiento y atenuadores de impacto, debiendo abarcar, en especial, los servicios listados en el ítem 4.4.2 del PEC; y

IV - Deixar de realizar, em até 72 horas a contar da ciência da concessionária, ações corretivas para conservação dos terraplenos e estruturas de contenção, em especial os serviços listados no item 4.4.5 do PEC.	IV - No realizar, en un plazo de hasta 72 horas a contar desde el conocimiento de la concesionaria, acciones correctivas para la conservación de los terraplenes y estructuras de contención, en especial los servicios listados en el ítem 4.4.5 del PEC.
Frente de Serviços Operacionais Art. 8º Constituem infrações relativas à frente de serviços operacionais, de grupo 1, sujeitas à imposição da penalidade de multa específica: I - Deixar de cumprir os requisitos de tempo máximo de chegada ao local de atendimento mecânico, conforme descrito no item 4.5.3.3 do PEC; II - Deixar de cumprir os requisitos de tempo máximo de chegada ao local de atendimento a demais incidentes, conforme descrito no item 4.5.3.4 do PEC; III - Deixar de disponibilizar e de manter em plenas funcionalidades por período superior a 24h o sistema de comunicação APP para dispositivo mobile e o site na internet; IV - Deixar de atualizar o boletim de informações ao usuário pelo menos uma vez a cada 7 (sete) dias consecutivos; V - Deixar de apresentar resposta a reclamação de usuário em até 30 dias a contar da formalização da reclamação, em desconformidade ao disposto no art. 16 da Lei Nº 13.460, de 26 de junho de 2017, e/ou lei congênere da República Argentina; VI - Deixar de apresentar mensalmente à DELCON/COMAB relatório com reclamações dos usuários; VII - Deixar de disponibilizar e de manter em plenas funcionalidades o sistema de chamada de emergência por período superior a 24h; VIII - Deixar de liberar a passagem de veículos sem cobrança de pedágio caso sejam observadas filas maiores que 200 metros de extensão por mais	Frente de Servicios Operacionales Art. 8º. Constituyen infracciones relativas a la frente de servicios operacionales, de grupo 1, sujetas a la imposición de la penalidad de multa específica: I - No cumplir los requisitos de tiempo máximo de llegada al lugar de atención mecánica, conforme a lo descrito en el ítem 4.5.3.3 del PEC; II - No cumplir los requisitos de tiempo máximo de llegada al lugar de atención a demás incidentes, conforme a lo descrito en el ítem 4.5.3.4 del PEC; III - No poner a disposición y no mantener en pleno funcionamiento por un período superior a 24h el sistema de comunicación APP para dispositivo móvil y el sitio web en internet; IV - No actualizar el boletín de información al usuario al menos una vez cada 7 (siete) días consecutivos; V - No presentar respuesta a reclamo de usuario en un plazo de hasta 30 días a contar desde la formalización del reclamo, en desconformidad con lo dispuesto en el art. 16 de la Ley Nº 13.460, del 26 de junio de 2017, y/o ley congénere de la República Argentina; VI - No presentar mensualmente a la DELCON/COMAB informe con reclamos de los usuarios; VII - No poner a disposición y no mantener en pleno funcionamiento el sistema de llamada de emergencia por un período superior a 24h; VIII - No liberar el paso de vehículos sin cobro de peaje en caso de

de 15 minutos em dias comuns ou maiores que 400 metros por mais de 15 minutos na véspera e nos feriados, fins de semana e eventos notáveis;
IX – Deixar de expor as tarifas vigentes de pedágio a 1km e a 500 metros antes das cabines e na praça de pedágio, de tal forma que permita a visualização da informação no mínimo a 50 metros da cabine de pedágio;

X - Manter instalados equipamentos com idade superior às suas respectivas vidas úteis informadas para efeitos de depreciação;

XI - Deixar de apresentar à DELCON/COMAB no início do 2º ano da Concessão, abrangendo as atividades do 1º ano da Concessão, ou nos anos posteriores abrangendo o período de janeiro a dezembro do ano anterior, o inventário anual para fins de calcular todas as suas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) provenientes das atividades de operação da Concessionária no Sistema Rodoviário;

XII - Deixar de enviar à DELCON/COMAB os relatórios indicados na Tabela 18 do PEC;

XIII - Deixar de obter e apresentar à DELCON/COMAB documentação que comprove a certificação ISO 55.001;

XIV - Deixar de submeter à DELCON/COMAB o Plano de Gestão de Ativos nos prazos e condições definidos no PEC para cada fase do programa, conforme definido na Tabela 19 e no item 6.8.4 do PEC;

XV - Deixar de implementar, até o 24º mês da Concessão, e de renovar ou manter atualizado, quando necessário, um Sistema de Gestão Ambiental, baseado na norma ISO 14.001 e suas atualizações, mediante apresentação de certificado;

XVI - Deixar de apresentar à DELCON/COMAB, imediatamente após o término do período de transição, um Plano de Gestão

observarse filas mayores a 200 metros de extensión por más de 15 minutos en días comunes o mayores a 400 metros por más de 15 minutos en vísperas y en feriados, fines de semana y eventos notables;

IX – No exhibir las tarifas vigentes de peaje a 1km y a 500 metros antes de las cabinas y en la plaza de peaje, de tal forma que permita la visualización de la información como mínimo a 50 metros de la cabina de peaje;

X - Mantener instalados equipos con antigüedad superior a sus respectivas vidas útiles informadas a efectos de depreciación;

XI - No presentar a la DELCON/COMAB al inicio del 2º año de la Concesión, abarcando las actividades del 1º año de la Concesión, o en los años posteriores abarcando el período de enero a diciembre del año anterior, el inventario anual para fines de calcular todas sus emisiones de Gases de Efecto Invernadero (GEI) provenientes de las actividades de operación de la Concesionaria en el Sistema Vial;

XII - No enviar a la DELCON/COMAB los informes indicados en la Tabla 18 del PEC;

XIII - No obtener y presentar a la DELCON/COMAB documentación que acredite la certificación ISO 55.001;

XIV - No someter a la DELCON/COMAB el Plan de Gestión de Activos en los plazos y condiciones definidos en el PEC para cada fase del programa, conforme a lo definido en la Tabla 19 y en el ítem 6.8.4 del PEC;

XV - No implementar, hasta el 24º mes de la Concesión, y no renovar o mantener actualizado, cuando sea necesario, un Sistema de Gestión Ambiental, basado en la norma ISO 14.001 y sus actualizaciones, mediante presentación de certificado;

Ambiental e Social (PGAS), conforme conteúdo da Tabela 21 do PEC; XVII - Deixar de apresentar à DELCON/COMAB e revisar periodicamente um Plano de Gerenciamento de Riscos (PGR) e um Plano de Ações Emergenciais (PAE) para o transporte de produtos perigosos; XVIII - Deixar de apresentar à DELCON/COMAB, ao final do 1º ano de concessão, e revisar e complementar a cada 3 anos um Programa de Resiliência Climática e Responsabilidade Socioambiental; XIX - Deixar de atender na íntegra a cada um dos Padrões de Desempenho de Sustentabilidade relacionados no item 7.1 do PEC, nos prazos definidos na Tabela 20 do PEC; XX - Deixar de apresentar à DELCON/COMAB até o final do 12º mês do prazo da concessão o Cadastro Inicial da Rodovia, o qual deverá conter as informações listadas no item 6.1 do PEC; XXI - Deixar de apresentar Certificado de Inspeção do inventário anual do Programa Carbono Zero; e XXII - Deixar de realizar compensação das emissões de GEE, conforme diretrizes do item 7.1.1.2 do PEC. Art. 9º. Constituem infrações relativas à frente de serviços operacionais, de grupo 2, sujeitas à imposição da penalidade de multa específica: I - Deixar de atender a disponibilidade de sistemas e de seus equipamentos estabelecida na Tabela 15 do PEC; II - Inibir ou não permitir que a DELCON/COMAB realize auditoria nos equipamentos e softwares de controle que controlam e gerenciam as transações efetuadas nas praças de pedágio; III - Deixar de apresentar à DELCON/COMAB, até o 5º dia útil de cada mês, o Relatório Técnico, Operacional, Físico e Financeiro;	XVI - No presentar a la DELCON/COMAB, inmediatamente después del término del período de transición, un Plan de Gestión Ambiental y Social (PGAS), conforme al contenido de la Tabla 21 del PEC; XVII - No presentar a la DELCON/COMAB y revisar periódicamente un Plan de Gestión de Riesgos (PGR) y un Plan de Acciones de Emergencia (PAE) para el transporte de productos peligrosos; XVIII - No presentar a la DELCON/COMAB, al final del 1º año de concesión, y revisar y complementar cada 3 años un Programa de Resiliencia Climática y Responsabilidad Socioambiental; XIX - No atender en su totalidad a cada uno de los Estándares de Desempeño de Sostenibilidad relacionados en el ítem 7.1 del PEC, en los plazos definidos en la Tabla 20 del PEC; XX - No presentar a la DELCON/COMAB hasta el final del 12º mes del plazo de la concesión el Catastro Inicial de la Carretera, el cual deberá contener las informaciones listadas en el ítem 6.1 del PEC; XXI - No presentar Certificado de Inspección del inventario anual del Programa Carbono Cero; y XXII - No realizar compensación de las emisiones de GEI, conforme a las directrices del ítem 7.1.1.2 del PEC. Art. 9º. Constituyen infracciones relativas a la frente de servicios operacionales, de grupo 2, sujetas a la imposición de la penalidad de multa específica: I - No atender la disponibilidad de sistemas y de sus equipos establecida en la Tabla 15 del PEC; II - Inhibir o no permitir que la DELCON/COMAB realice auditoría en los equipos y softwares de control que controlan y gestionan las
--	---

IV - Deixar de apresentar, até o 5º dia de cada mês, relatório com a execução mensal de obras e serviços identificando todas as intervenções realizadas no complexo no mês anterior. O relatório deverá contrastar as atividades programadas com as atividades executadas;

V - Deixar de apresentar, até o 12º mês da concessão, o Planejamento de Investimentos e Obras especificadas até o 60º mês do prazo da Concessão, compreendendo todas as obras descritas na seção Investimentos e Obras do PEC; e

VI - Deixar de apresentar Relatório Anual, validado por Verificador, acerca do atendimento aos Padrões de Desempenho da Sustentabilidade, com ênfase aos requisitos estabelecidos na Tabela 20 do PEC.

Art. 10. Constituem infrações relativas à frente de serviços operacionais, de **grupo 3**, sujeitas à imposição da penalidade de **multa específica**:

I – Deixar de prestar o Serviço de Atendimento ao Usuário - SAU 24h por dia, todos os dias, inclusive sábados, domingos e feriados;

II - Deixar de prestar o Serviço de Inspeção de Tráfego – SIT 24h por dia, todos os dias, inclusive sábados, domingos e feriados;

III - Deixar de realizar as inspeções de tráfego conforme frequências estabelecidas no item 4.5.3.2 do PEC;

IV - Deixar de prestar o Serviço de Atendimento Mecânico 24h por dia, todos os dias, inclusive sábados, domingos e feriados;

V - Deixar de contratar, ou contratar em desconformidade com as diretrizes do Contrato de Concessão, Monitorador para aferição de cumprimento dos parâmetros de desempenho e técnicos descritos no PEC;

VI - Deixar de entregar, entregar em atraso ou em desconformidade os

transacciones efectuadas en las plazas de peaje;

III - No presentar a la DELCON/COMAB, hasta el 5º día hábil de cada mes, el Informe Técnico, Operacional, Físico y Financiero;

IV - No presentar, hasta el 5º día de cada mes, informe con la ejecución mensual de obras y servicios identificando todas las intervenciones realizadas en el complejo en el mes anterior. El informe deberá contrastar las actividades programadas con las actividades ejecutadas;

V - No presentar, hasta el 12º mes de la concesión, la Planificación de Inversiones y Obras especificadas hasta el 60º mes del plazo de la Concesión, comprendiendo todas las obras descritas en la sección Inversiones y Obras del PEC; y

VI - No presentar Informe Anual, validado por Verificador, acerca del cumplimiento de los Estándares de Desempeño de la Sostenibilidad, con énfasis en los requisitos establecidos en la Tabla 20 del PEC.

Art. 10. Constituyen infracciones relativas a la frente de servicios operacionales, de **grupo 3**, sujetas a la imposición de la penalidad de **multa específica**:

I – No prestar el Servicio de Atención al Usuario - SAU 24h al día, todos los días, incluidos sábados, domingos y feriados;

II - No prestar el Servicio de Inspección de Tráfico – SIT 24h al día, todos los días, incluidos sábados, domingos y feriados;

III - No realizar las inspecciones de tráfico conforme a las frecuencias establecidas en el ítem 4.5.3.2 del PEC;

IV - No prestar el Servicio de Atención Mecánica 24h al día, todos los días, incluidos sábados, domingos y feriados;

V - No contratar, o contratar en desconformidad con las directrices del

relatórios previstos no item 6.3 do PEC e seus subítem; e VII - Deixar de obter, renovar, em tempo hábil, e manter vigentes todas as licenças, permissões e autorizações necessárias ao pleno exercício das atividades objeto da Concessão.	Contrato de Concesión, Monitor para la verificación del cumplimiento de los parámetros de desempeño y técnicos descritos en el PEC; VI - No entregar, entregar con atraso o en disconformidad los informes previstos en el ítem 6.3 del PEC y sus subítem; y VII - No obtener, renovar, en tiempo hábil, y mantener vigentes todas las licencias, permisos y autorizaciones necesarias para el pleno ejercicio de las actividades objeto de la Concesión.
Obrigações econômico-financeiras Art. 11. Constituem infrações relativas às obrigações econômico-financeiras, sujeitas à imposição da penalidade de multa moratória; I - Deixar de adotar as providências para pagamento da taxa de regulação da COMAB ou da parcela de outorga fixa devida na forma e prazo previstos no contrato de concessão ou na regulação da DELCON/COMAB; II - Deixar de contratar ou não manter vigentes as garantias, conforme previsto no contrato de concessão, sem prejuízo da instauração do processo de caducidade; III - Deixar de contratar ou não manter vigentes, ao longo da execução do contrato de concessão, as apólices de seguros exigidas; e IV - Reduzir o capital social da SPE abaixo dos valores especificados sem prévia e expressa autorização da COMAB ou deixar de aumentar o valor nos termos da cláusula 25 do contrato. Art. 12. Constitui infrações relativas às obrigações econômico-financeiras, de grupo 1, sujeita à imposição da penalidade de multa específica; I - Autorizar projeto gerador de receita não tarifária ou celebrar contrato de receita não tarifária sem comunicar previamente a DELCON/COMAB;	Obligaciones económico-financieras Art. 11. Constituyen infracciones relativas a las obligaciones económico-financieras, sujetas a la imposición de la penalidad de multa moratoria; I - No adoptar las providencias para el pago de la tasa de regulación de la COMAB o de la cuota de otorgamiento fija devida en la forma y plazo previstos en el contrato de concesión o en la regulación de la DELCON/COMAB; II - No contratar o no mantener vigentes las garantías, conforme a lo previsto en el contrato de concesión, sin perjuicio de la instauración del proceso de caducidad; III - No contratar o no mantener vigentes, durante la ejecución del contrato de concesión, las pólizas de seguros exigidas; y IV - Reducir el capital social de la SPE por debajo de los valores especificados sin previa y expresa autorización de la COMAB o no aumentar el valor en los términos de la cláusula 25 del contrato. Art. 12. Constituyen infracciones relativas a las obligaciones económico-financieras, de grupo 1, sujetas a la imposición de la penalidad de multa específica; I - Autorizar proyecto generador de ingreso no tarifario o celebrar contrato

II – Não apresentar cópia dos contratos de financiamento e de garantia que venha a celebrar e de documentos representativos dos títulos e valores mobiliários que venha a emitir, bem como quaisquer alterações a esses instrumentos, no prazo de 10 (dez) dias úteis da data de sua assinatura e emissão, conforme o caso; e

III - Deixar de publicar política de transações com partes relacionadas ou transação com parte relacionada, ou publicar em desacordo com o disposto no contrato de concessão ou na regulação da DELCON/COMAB.

Art. 13. Constitui infrações relativas às obrigações econômico-financeiras, **de grupo 2**, sujeita à imposição da penalidade de **multa específica**:

I – Deixar de proceder à reposição do valor de garantia, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de sua utilização, sempre que for utilizada pela COMAB.

II - Deixar de apresentar, integralizar, contratar, recompor, gerir ou de qualquer forma operacionalizar instrumento econômico-financeiro, ou fazê-lo de desacordo com o disposto no contrato de concessão e na regulação da DELCON/COMAB tais como plano de contas completo, regularidade fiscal, e patrimônio líquido; e

III - Inibir ou não permitir que a DELCON/COMAB acesse os locais, sistemas ou instalações dos serviços acessórios ou extraordinários para fins de fiscalização e acompanhamento.

Art. 14. Constituem infrações relativas às obrigações econômico-financeiras, **de grupo 3**, sujeitas à imposição da penalidade de **multa específica**:

de ingresso no tarifário sin comunicar previamente a la DELCON/COMAB;

II – No presentar copia de los contratos de financiamiento y de garantía que celebre y de documentos representativos de los títulos y valores mobiliarios que emita, así como cualquier modificación a dichos instrumentos, en el plazo de 10 (diez) días hábiles desde la fecha de su firma y emisión, según el caso; y

III - No publicar política de transacciones con partes relacionadas o transacción con parte relacionada, o publicar en desacuerdo con lo dispuesto en el contrato de concesión o en la regulación de la DELCON/COMAB.

Art. 13. Constituyen infracciones relativas a las obligaciones económico-financieras, **de grupo 2**, sujetas a la imposición de la penalidad de **multa específica**:

I – No proceder a la reposición del valor de la garantía, en el plazo de 30 (treinta) días a contar desde la fecha de su utilización, siempre que sea utilizada por la COMAB.

II - No presentar, integrar, contratar, reponer, gestionar o de cualquier forma operar instrumento económico-financiero, o hacerlo en desacuerdo con lo dispuesto en el contrato de concesión y en la regulación de la DELCON/COMAB tales como plan de cuentas completo, regularidad fiscal, y patrimonio neto; y

III - Inhibir o no permitir que la DELCON/COMAB acceda a los locales, sistemas o instalaciones de los servicios accesorios o extraordinarios para fines de fiscalización y seguimiento.

Art. 14. Constituyen infracciones relativas a las obligaciones económico-financieras, **de grupo 3**, sujetas a la imposición de la penalidad de **multa específica**:

I - Gestionar, gastar, destinar o de cualquier forma procesar partida

I - Gerir, despendar, destinar ou de qualquer forma processar verba contratual ou produto dela decorrente em desacordo com o disposto no contrato de concessão ou na regulação da DELCON/COMAB; II - Realizar operação de crédito, emitir títulos ou valores mobiliários, distribuir dividendos, pagar juros sobre capital próprio, prestar fiança, aval ou qualquer outra forma de garantia, ou realizar quaisquer outras formas de transferência de recursos em desacordo com o disposto no contrato de concessão ou na regulação da DELCON/COMAB; III - Realizar operação societária em desacordo com o disposto no contrato de concessão ou na regulação da DELCON/COMAB; IV - Instituir, cobrar ou divulgar, a qualquer título, cobranças adicionais à tarifa de pedágio ou serviços prestados, em desacordo com o contrato de concessão ou com a regulação da DELCON/COMAB; V - Realizar transação com parte relacionada, em desacordo com a política de transações com partes relacionadas publicada pela concessionária e com a regulação da DELCON/COMAB; VI - Dar, em garantia dos financiamentos destinados a investimentos relacionados ao Contrato, os direitos emergentes da Concessão, tais como as receitas de exploração do Complexo, sem autorização da DELCON/COMAB; e VII - Apresentar irregularidade em demonstração financeira.	contractual o producto derivado de ella en desacuerdo con lo dispuesto en el contrato de concesión o en la regulación de la DELCON/COMAB; II - Realizar operación de crédito, emitir títulos o valores mobiliarios, distribuir dividendos, pagar intereses sobre capital propio, otorgar fianza, aval o cualquier otra forma de garantía, o realizar cualesquiera otras formas de transferencia de recursos en desacuerdo con lo dispuesto en el contrato de concesión o en la regulación de la DELCON/COMAB; III - Realizar operación societaria en desacuerdo con lo dispuesto en el contrato de concesión o en la regulación de la DELCON/COMAB; IV - Instituir, cobrar o divulgar, a cualquier título, cobros adicionales a la tarifa de peaje o servicios prestados, en desacuerdo con el contrato de concesión o con la regulación de la DELCON/COMAB; V - Realizar transacción con parte relacionada, en desacuerdo con la política de transacciones con partes relacionadas publicada por la concesionaria y con la regulación de la DELCON/COMAB; VI - Dar, en garantía de los financiamientos destinados a inversiones relacionadas al Contrato, los derechos emergentes de la Concesión, tales como los ingresos de explotación del Complejo, sin autorización de la DELCON/COMAB; y VII - Presentar irregularidad en estado financiero.
Outras obrigações Art. 15. Constituem infrações relativas a outras obrigações contratuais, de grupo 1, sujeitas à imposição da penalidade de multa específica: I - Deixar de realizar ou manter de forma inadequada ou desatualizada o inventário da concessão;	Otras obligaciones Art. 15. Constituyen infracciones relativas a otras obligaciones contractuales, de grupo 1, sujetas a la imposición de la penalidad de multa específica:

II - Ausência ou uso inadequado de equipamento de proteção individual (EPI) ou coletiva (EPC) por funcionários da concessionária ou de subcontratado sob sua gestão; e
III - Presença de trabalhadores da concessionária ou de subcontratado sob sua gestão em áreas de risco sem o devido treinamento.

Art. 16. Constituem infrações relativas a outras obrigações contratuais, de **grupo 2**, sujeitas à imposição da penalidade de **multa específica**:

I - Deixar de aceitar ou de submeter-se a todas as medidas sugeridas ou adotadas pelas autoridades com poderes de fiscalização de trânsito, no âmbito de suas competências;

II - Efetuar bloqueio de pista, de longa duração, sem prévio aviso à DELCON, em decorrência de obras ou serviços que possam ser objeto de programação;

III - Deixar de franquear ou limitar o acesso à DELCON/COMAB a informações, sistemas, bancos de dados e instalações a que está obrigada pelo contrato de concessão ou pela regulação, ou quando solicitada pela DELCON/COMAB; e

IV - Deixar de inserir informações no prazo adequado ou inserir informações incompletas ou incorretas nos Sistemas indicados pela DELCON.

Art. 17. Constituem infrações relativas a outras obrigações contratuais, de **grupo 3**, sujeitas à imposição da penalidade de **multa específica**:

I - deixar de contratar verificador independente, contratá-lo ou rescindir contrato em desacordo com o disposto no contrato de concessão ou na regulação da DELCON/COMAB;

II - interceder, coagir, corromper ou de qualquer forma interferir na execução de atividades e na imparcialidade de verificador ou empresa de monitoração contratada; e

I - No realizar o manter de forma inadecuada o desatualizada el inventario de la concesión;

II - Ausencia o uso inadecuado de equipo de protección individual (EPI) o colectiva (EPC) por empleados de la concesionaria o de subcontratado bajo su gestión; y

III - Presencia de trabajadores de la concesionaria o de subcontratado bajo su gestión en áreas de riesgo sin la debida capacitación.

Art. 16. Constituyen infracciones relativas a otras obligaciones contractuales, de **grupo 2**, sujetas a la imposición de la penalidad de **multa específica**:

I - No aceptar o no someterse a todas las medidas sugeridas o adoptadas por las autoridades con poderes de fiscalización de tránsito, en el ámbito de sus competencias;

II - Efectuar bloqueo de carril, de larga duración, sin previo aviso a la DELCON, como consecuencia de obras o servicios que puedan ser objeto de programación;

III - No facilitar o limitar el acceso a la DELCON/COMAB a informaciones, sistemas, bancos de datos e instalaciones a que está obligada por el contrato de concesión o por la regulación, o cuando sea solicitado por la DELCON/COMAB; y

IV - No ingresar informaciones en el plazo adecuado o ingresar informaciones incompletas o incorrectas en los Sistemas indicados por la DELCON.

Art. 17. Constituyen infracciones relativas a otras obligaciones contractuales, de **grupo 3**, sujetas a la imposición de la penalidad de **multa específica**:

I - No contratar verificador independiente, contratarlo o rescindir contrato en desacuerdo con lo dispuesto en el contrato de concesión o en la regulación de la DELCON/COMAB;

III - omitir ou apresentar documento, dado ou informação inverídico, incorreto ou em desacordo com declaração de veracidade.	II - Interceder, coaccionar, corromper o de cualquier forma interferir en la ejecución de actividades y en la imparcialidad de verificador o empresa de monitoreo contratada; y III - Omitir o presentar documento, dato o información inverídica, incorrecta o en desacuerdo con declaración de veracidad.
---	---

Luciano Ene

Ricardo Botana

Felipe Ferreira

Santiago Villalbe